

Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Matosinhos 2018 - 2020

Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Matosinhos

Data: junho 2018

Período de vigência: 2018-2020 (30 meses)

Local: Matosinhos

Entidade: Câmara Municipal de Matosinhos

FAMI – Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração

Entidades promotoras: Câmara Municipal de Matosinhos / ADEIMA – Associação para o

Desenvolvimento Integrado de Matosinhos

Nota de abertura

A correta inclusão de populações migrantes constitui, neste início de século XX, um dos principais desafios da Europa – e não apenas pelo papel essencial que as pessoas imigrantes desempenham no refrescamento demográfico e no crescimento da economia dos nossos países, mas sobretudo por ser esta a linha que separa, hoje e cada vez mais, as comunidades que vivem de acordo com os valores humanistas, cosmopolitas, solidários e progressistas, que marcam a civilização a que queremos continuar a pertencer, daquelas cujo cariz xenófobo, intolerante, fechado e mesquinho esteve na origem dos períodos mais negros da História do continente.

Tratando-se de uma missão que carece do necessário enquadramento ao nível das políticas sociais públicas, a integração de cidadãos e cidadãs migrantes depende, no essencial, de um esforço de proximidade – de vizinhança. Neste sentido, os poderes públicos locais são uma parte fundamental do trabalho de integração. Não basta criar condições para que as pessoas estrangeiras se fixem e sejam bem-recebidas. É necessário, sobretudo, que o acolhimento se faça de modo a que os nossos novos concidadãos e concidadãs se possam somar ao esforço comum de progresso e desenvolvimento, mobilizando o seu talento e a sua capacidade de trabalho sem que esta integração crie ou agrave as distorções e desigualdades de que a nossa comunidade ainda padece.

Matosinhos, bem entendido, não apresenta um problema de imigração. Trata-se de um concelho em que não há uma grande concentração de população imigrante e as pessoas estrangeiras que residem no concelho encontram-se maioritariamente em idade ativa e apresentam níveis de escolaridade superiores aos da população portuguesa residente, não exercendo, assim, grande pressão sobre os serviços. Mas dados recentes indicam, por exemplo, o agravamento de algumas situações passíveis de concorrer para a criação de fenómenos de exclusão e estigmatização. Desde logo, tem crescido o número de imigrantes residentes no concelho que recorrem ao Rendimento Social de Inserção. E a percentagem de desemprego é maior entre as pessoas estrangeiras do que entre a população de origem nacional.

Sem que estes dados constituam, para já, motivo de preocupação acrescida, o diagnóstico traçado neste Plano Municipal para a Integração de Migrantes deve, sobretudo, enquadrar a ação futura da Câmara Municipal de Matosinhos nesta matéria, abordando o fenómeno de modo integrado. Mais do que acautelar o surgimento de problemas, comprometemo-nos com a construção de uma comunidade solidária, equilibrada e acolhedora, capaz de garantir melhores condições de vida a todas e todos os matosinhenses, independentemente do sítio onde tenham nascido.

Mensagem da Presidente da Câmara, Luísa Salgueiro

Índice geral

1. Enquadramento	5
2. Diagnóstico Local	10
2.1. Breve caracterização da população estrangeira residente em Matosinhos	10
2.1.1. População residente – elementos de evolução recente	10
2.1.2. Movimentos migratórios.....	11
2.1.3. População estrangeira em Matosinhos.....	13
2.2. Educação e Língua	19
2.2.1. Qualificações escolares	19
2.2.2. O reconhecimento das qualificações	21
2.2.3. A língua	22
2.2.4. Crianças estrangeiras e a escola.....	26
2.2.5. Capacitação e formação.....	28
2.3. Mercado de trabalho e empreendedorismo	29
2.3.1. Participação no mercado de trabalho.....	29
2.3.2. Desemprego	32
2.3.3. Empreendedorismo.....	36
2.4. Urbanismo e habitação	37
2.5. Saúde	39
2.6. Serviços de acolhimento e integração.....	41
2.7. Solidariedade e respostas sociais	44
2.8. Racismo e discriminação	47
2.9. Cidadania e Participação	48
2.10. Cultura	50
2.11. Media e sensibilização da opinião pública	50
2.12. Relações internacionais.....	50
2.13. Religião	51
3. Plano Municipal para a Integração de Migrantes	52
3.1. Dimensão estratégica.....	52
3.2. Modelo de monitorização e avaliação	75
3.3. Acompanhamento e Modelo de Governação	78
4. Referências bibliográficas e documentação consultada	80

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Movimentos de entrada (imigração) e saída (emigração) de Portugal, entre 2004 e 2016.....	11
Gráfico 2 - Taxa de crescimento migratório em Matosinhos, Área Metropolitana do Porto e Portugal 2012 e 2016	12
Gráfico 3 - Pessoas estrangeiras residentes no concelho de Matosinhos 2008 - 2016	14
Gráfico 4 - Taxa de variação anual de população estrangeira para Portugal e Matosinhos 2008 - 2016	15
Gráfico 5 - Evolução do número de alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior em Portugal,	19
Gráfico 6 - Nível de escolaridade completo da população residente no município de Matosinhos 2011.....	20
Gráfico 7 - Alunos/as matriculados/as na disciplina de Português Língua Não Materna (PLNM) no Continente Anos letivos de 2007/2008 e 2015/2016	25
Gráfico 8 - Matrículas de alunos e alunas estrangeiros nos Agrupamentos Escolares do concelho de Matosinhos, segundo as nacionalidades mais frequentes Anos letivos de 2014/2015 a 2017/2018.....	26
Gráfico 9 - Taxa de transição ou conclusão dos/as alunos/as do ensino básico e secundário, segundo a nacionalidade, em Portugal Anos letivos de 2014/2015 e 2015/2016.....	27
Gráfico 10 - Trabalhadores e trabalhadoras de nacionalidade portuguesa e estrangeira, por grupo profissional 2015 %.....	30
Gráfico 11 - Pessoas estrangeiras desempregadas inscritas no Centro de Emprego de Matosinhos Outubro de 2017	33
Gráfico 12 - Pessoas estrangeiras desempregadas inscritas no Centro de Emprego de Matosinhos, segundo os países de origem mais frequentes Outubro de 2017.....	34
Gráfico 13 - Pessoas estrangeiras desempregadas inscritas no Centro de Emprego de Matosinhos, segundo o sexo Outubro de 2017	34
Gráfico 14 -Pessoas estrangeiras desempregadas inscritas no Centro de Emprego de Matosinhos, segundo o nível de instrução Outubro de 2017	35
Gráfico 15 - Pessoas estrangeiras desempregadas inscritas no Centro de Emprego de Matosinhos, segundo as profissões anteriormente exercidas mais frequentes Outubro de 2017.....	35
Gráfico 16 - Mulheres Vítimas e Violência Domestica Imigrantes que a Delegação de Matosinhos da Cruz Vermelha Portuguesa apoia ou apoiou nas suas respostas 2014-2017...	46

Índice de Quadros

Quadro 1 - População estrangeira residente em Portugal nos dez distritos com maior número de pessoas estrangeiras residentes 2016.....	13
Quadro 2 - Pessoas estrangeiras residentes em Matosinhos, segundo as principais nacionalidades 2010 e 2015.....	16
Quadro 3 - Pessoas estrangeiras residentes em Portugal e em Matosinhos, segundo o sexo (%) 2016.....	17
Quadro 4 - Taxas de atividade, emprego e desemprego para o total da população, pessoas estrangeiras nacionais da EU, pessoas estrangeiras nacionais de países terceiros em Matosinhos (%) 2011.....	33
Quadro 5 - Pessoas estrangeiras que recorreram aos serviços da MatosinhosHabit 2014-2017	39
Quadro 6 - Pessoas imigrantes residentes em Matosinhos e utentes do Centro São Cirilo, segundo o país de origem 2014-2017	42
Quadro 7 - Pessoas beneficiárias (com processamento) de RSI residentes no concelho de Matosinhos, por nacionalidade e sexo 2014-2017	45
Quadro 8 - Pessoas estrangeiras envolvidas em processos de emergência social com resposta em Matosinhos 2014-2017.....	45

1. Enquadramento

Tendo em conta o trabalho anteriormente desenvolvido no concelho de Matosinhos, e considerando a dinâmica de parceria já criada com a Rede Social, considerou o município ser pertinente corresponder ao desafio lançado pelo Alto Comissariado para as Migrações, no sentido da elaboração do plano municipal para a integração de migrantes. Tal como se diz nos documentos de lançamento desta iniciativa, espera-se que este seja um instrumento que permita um salto qualitativo das políticas de acolhimento e integração de imigrantes, conjugando e articulando diferentes vontades e recursos de diversos atores.

Neste caso concreto, e tal como se refere mais adiante, a ambição é a de que o Plano Municipal para a Integração de Migrantes seja um instrumento estratégico para a integração de imigrantes no concelho de Matosinhos assumindo-se, nesse sentido e simultaneamente, como um instrumento de melhoria das condições de vida no concelho e de promoção da sua coesão social.

Na sequência dos fundos que financiam esta iniciativa (FAMI - Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração), e apesar de, no seu título, o plano se referir a pessoas imigrantes, ele dirige-se essencialmente (tanto no ato do diagnóstico, como na definição de ações) a imigrantes nacionais de países terceiros. Tal como é também mencionado no presente texto, com isto poderia perder-se toda a dinâmica inerente aos processos imigratórios no seu todo. Na medida do possível, porém, procurou-se que a realidade referente à migração com origem nos países terceiros fosse enquadrada no contexto mais genérico da migração quer no concelho, quer no país.

O plano segue a estrutura proposta pelo ACM, e tendo em conta a metodologia de planeamento (participado) que lhe está subjacente, assenta num diagnóstico local da situação.

Para a elaboração do diagnóstico foi adotada a seguinte metodologia:

- Recolha de análise de documentos estratégicos de âmbito local e nacional.
- Recolha e análise bibliográfica.
- Elaboração de uma grelha de indicadores, orientadora da recolha de informação junto dos parceiros locais.
- Recolha e tratamento de informação estatística de fontes oficiais.

- Realização de grupos de discussão temáticos para identificação e discussão dos problemas relacionados com a inserção na sociedade portuguesa. Estes *workshops* contaram com a participação de atores chave e de pessoas imigrantes. No total, participaram 25 profissionais de 16 organizações diferentes e 15 pessoas imigrantes.
- Realização de um grupo de discussão com os elementos do Núcleo Executivo.

Ainda no âmbito da candidatura, e ao longo da construção do diagnóstico, a parceria desenvolveu um papel muito importante na adequação das estratégias e na recolha de informação. Fazem parte deste grupo as seguintes organizações:

- Câmara Municipal de Matosinhos
- Amizade - Associação Imigrantes de Leste
- Associação Cultural Luso-Chinesa (ACLC)
- Associação Mais Brasil
- Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos (ADEIMA)
- Centro Comunitário S. Cirilo
- Centro Social e Paroquial do Padrão da Légua
- Espaço T - "o meu país no teu"
- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Lar de Sant'Ana
- Liga dos Chineses em Portugal
- Obra do Padre Grilo
- Unidade Local de Saúde de Matosinhos

Também relevante foi o envolvimento, desde o início, da Rede Social do Concelho, mas especial papel desempenhou a Plataforma de Acompanhamento, a qual reuniu com o objetivo de validar as medidas inscritas no plano e de se estabilizar a participação e os compromissos assumidos por cada entidade. A Plataforma de Acompanhamento, para além das entidades do núcleo executivo da rede social, integra as entidades representantes das principais comunidades de nacionais de países terceiros residentes no concelho:

- Amizade - Associação Imigrantes de Leste
- Associação Mais Brasil

- Liga dos Chineses em Portugal

A Plataforma foi criada em sede de reunião de Núcleo Executivo da Rede Social de Matosinhos que, a partir do diagnóstico elaborado e sua discussão, estabeleceu como áreas prioritárias de intervenção as seguintes:

- Mercado de trabalho e empreendedorismo;
- Capacitação e formação;
- Educação e língua;
- Serviços de acolhimento e participação;
- Cultura;
- Saúde;
- Solidariedade e respostas sociais;
- Cidadania e participação;
- *Media* e sensibilização da opinião pública;
- Racismo e discriminação.

Estas áreas foram identificadas como sendo, por um lado, as mais determinantes para a criação de um clima social favorável à integração da população imigrante e, por outro, aquelas onde se encontram os maiores obstáculos a essa mesma integração. Acresce que nas áreas referidas se podem encontrar e mobilizar recursos locais para uma intervenção coerente.

Os objetivos estratégicos do plano são:

- Melhorar a qualidade do atendimento dos serviços de emprego no que diz respeito à população migrante;
- Aumentar a taxa de empregabilidade de cidadãos e cidadãs estrangeiras;
- Criar uma política municipal de atração de investimento;
- Aumentar a capacidade de criação do próprio emprego por parte de migrantes;
- Promover os direitos de trabalhadores/as imigrantes;
- Promover o acesso à formação qualificante de trabalhadores/as imigrantes;
- Aumentar o número de pessoas estrangeiras com facilidade de expressão na língua portuguesa;

- Introduzir a dimensão da interculturalidade nos projetos educativos das escolas e equipamentos de apoio à infância;
- Criar uma resposta direcionada e especializada para a população migrante do Concelho de Matosinhos;
- Criar uma política de promoção da interculturalidade nos espaços públicos e na programação cultural;
- Capacitar os/as profissionais dos cuidados de saúde para um atendimento especializado a NPT;
- Capacitar os/as profissionais das entidades de solidariedade social para um atendimento especializado a NPT;
- Apoiar o tecido associativo de imigrantes NPT para o desenvolvimento de intervenção social no concelho;
- Promover o debate público sobre as questões da igualdade de género, da participação de mulheres na esfera pública e de homens na esfera privada;
- Criar oportunidades específicas para divulgação das iniciativas das comunidades de NPT;
- Desenvolver um clima favorável à integração da diversidade e valorização das diferenças.

Para a elaboração do plano foram tidos como referência os seguintes documentos:

- Plano de Desenvolvimento Social de Matosinhos;
- Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação (ENIND) – Portugal + Igual;
- IMAD;
- Plano Estratégico para as Migrações.

Em relação a este último, o Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Matosinhos pode ser um contributo importante sobretudo para aquilo que são os desígnios do Eixo 1 que visa *“a consolidação do trabalho de integração, capacitação e combate à discriminação dos imigrantes e grupos étnicos na sociedade portuguesa, tendo em vista uma melhor mobilização do seu talento e competências, a valorização da diversidade cultural, o reforço da mobilidade*

social, da descentralização das políticas de integração e uma melhor articulação com a política de emprego e o acesso a uma cidadania comum.” (PEM)

2. Diagnóstico Local

2.1. Breve caracterização da população estrangeira residente em Matosinhos

2.1.1. População residente – elementos de evolução recente

Estima-se que, em 2016, a população residente no concelho de Matosinhos era de 173 339 habitantes.¹ Este número resulta de um decréscimo populacional continuado desde 2011, ano em que a população residente se situava nos 175 253 habitantes, sendo que 53% era do sexo feminino.

Esta tendência para um decréscimo da população a residir no concelho de Matosinhos inscreve-se em tendências mais globais. Um estudo de cenários prospetivos, realizado pelo INE, refere que “Portugal perderá população até 2060, passando dos atuais 10,5 para 8,6 milhões de residentes”. Ainda de acordo com o mesmo cenário, a região norte passará de 3 666 234 habitantes, em 2012, para 2 788 256 residentes, em 2060, ou seja, menos 877 978 pessoas.

Ainda em 2016, a população com 65 e mais anos representava 19,7% da população residente; as pessoas jovens (com menos de 25 anos) significavam 23,5%. Comparando com anos anteriores, estas percentagens denotam um fenómeno também ele de natureza mais ampla: um processo de “duplo envelhecimento” que se tornou visível no país na década de 90.

Note-se que em 2013, a população jovem, no concelho de Matosinhos, representava 25,7% e as pessoas idosas 16%.

A diminuição do peso da população mais jovem, que se traduz numa compressão na base da pirâmide demográfica, não pode deixar de estar relacionada com o comportamento da natalidade.

Segundo o Diagnóstico de Saúde de Matosinhos 2016,² no concelho verificou-se uma tendência decrescente na natalidade desde 2005 até 2013, ano que registou o mais baixo número de nados vivos nesse período (1 360). Paralelamente, a taxa de natalidade em Matosinhos apresenta uma tendência de decréscimo desde 2005, de forma semelhante ao observado em Portugal e na Região Norte, situando-se em 8,3 nados-vivos por mil habitantes em 2015.

¹ INE, 2017, Anuário Estatístico da Região Norte – 2016. Disponível em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=2771872_13&PUBLICACOESmodo=2. Último acesso em 24 de janeiro de 2018.

² ULS / Observatório Local de Saúde (2017), *Diagnóstico de Saúde de Matosinhos 2016*, disponível em:

http://www.ulsm.min-saude.pt/ResourcesUser/Documentos/ACES/saude_publica_saude_oral/Diagnostico_de_Saude_Matosinhos.pdf. Último acesso em 25 de janeiro de 2018.

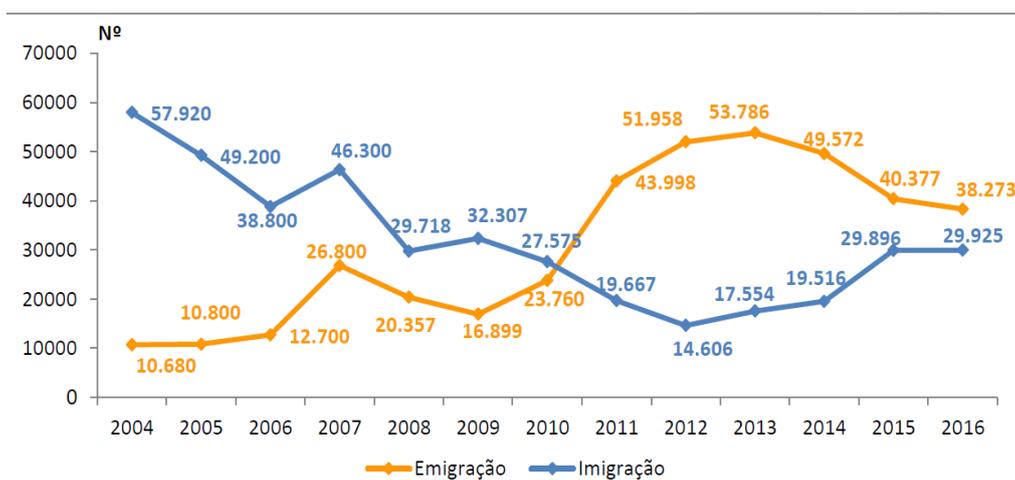
2.1.2. Movimentos migratórios

Para além do envelhecimento da população e da evolução das taxas de natalidade e fecundidade, os movimentos de população – imigração e emigração – têm uma grande influência na estrutura demográfica das populações.

A nível europeu a imigração emerge como um dos fatores que mais tem contribuído para um certo equilíbrio demográfico em países progressivamente envelhecidos. Em Portugal, nos anos 90 e na primeira década do século XXI, foi a imigração que compensou um saldo natural tendencialmente baixo. Mas a partir de 2010 essa compensação deixou de ocorrer e desde 2011 que se assiste a uma conjugação de saldos naturais negativos e de saldos migratórios também eles negativos. Ou seja, a entrada de pessoas imigrantes não é suficiente para compensar a saída de cidadãos e cidadãs portugueses/as para o estrangeiro e as baixas taxas de natalidade.

Ainda que os números para 2016 revelem um maior equilíbrio entre entradas e saídas de população, face a anos anteriores, o saldo migratório é negativo (na ordem dos -8 348), o que significa que o número de pessoas de nacionalidade portuguesa a saírem do país ultrapassou em 8 348 o número pessoas estrangeiras que entraram, tal como se pode verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 1 - Movimentos de entrada (imigração) e saída (emigração) de Portugal, entre 2004 e 2016



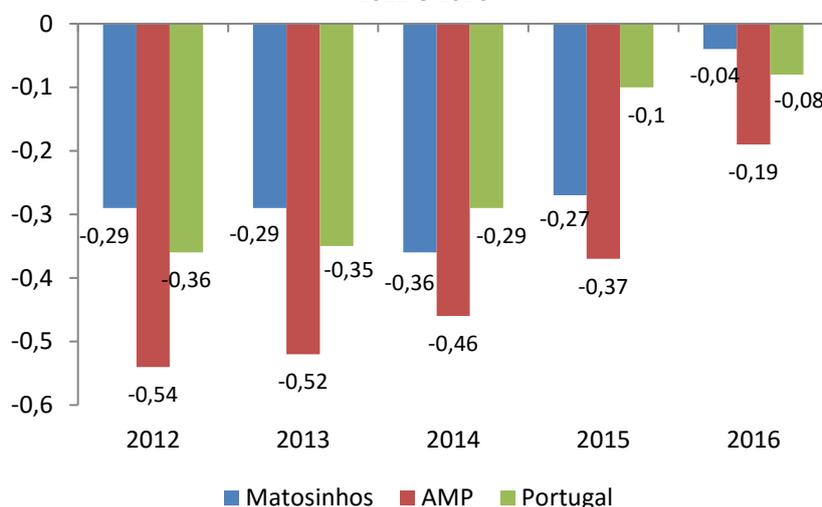
Fonte: Oliveira e Gomes, 2017: 36.

Note-se que os movimentos de entrada e saída de pessoas não só se processam de modo uniforme no território português. Há municípios que se constituem como mais repulsivos do que outros, revelando, como tal, uma maior tendência para a saída de pessoas dos seus territórios; há concelhos com maior capacidade para atraírem população estrangeira ou nacional.

No concelho de Matosinhos, por exemplo, o crescimento da população que teve lugar particularmente nas duas últimas décadas do século passado, fez-se sobretudo à custa de movimentos internos à própria Região Norte. As dinâmicas geradas pela constituição da Área Metropolitana do Porto tiveram aqui uma forte importância, na medida em que levaram a que a “cidade centro” perdesse poder no que diz respeito à sua função residencial, expulsando a população mais jovem para as suas periferias e conduzindo, assim, a um crescimento demográfico dos concelhos que se integram, tal como Matosinhos, no seu raio de influência.

Mas a partir da segunda década do século XXI, os saldos migratórios começam a ser negativos também no concelho, à semelhança do que se passa na região Norte e no país, ainda que a um ritmo mais brando, tal como o gráfico seguinte o demonstra.

Gráfico 2 - Taxa de crescimento migratório em Matosinhos, Área Metropolitana do Porto e Portugal | 2012 e 2016



Fonte: INE, Anuários Estatísticos 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016. Disponíveis em:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa&frm_accas=PESQUISAR&frm_show_pag_e_num=1&frm_modos_pesquisa=PESQUISA_SIMPLES&frm_texto=anuario+estatistico+da+regiao+Norte&frm_modos_texto=MODO_TEXTO_ALL&frm_data_ini=&frm_data_fim=&frm_tema=QUALQUER_TEMA&frm_area=o_ine_area_Publicacoes&xlang=pt. Último acesso em 25 de janeiro de 2018.

Considerando os três territórios em análise, é sempre a Área Metropolitana do Porto a região que apresenta taxas de crescimento migratório mais negativas. Matosinhos, por seu turno, apresenta um maior equilíbrio entre entradas e saídas de população. Os valores mais baixos da taxa de crescimento migratório ocorrem, no concelho, no ano de 2014 verificando-se melhorias a partir daí.

Este desequilíbrio entre entradas e saídas, onde predominam as saídas, é uma questão que não pode deixar de estar intimamente relacionada com a crise financeira e económica que se fez sentir no país nos últimos anos, tornando Portugal menos atrativo e criando condições não só para um incremento das saídas de população para outros países, como para uma menor capacidade de atração de populações estrangeiras.

2.1.3. População estrangeira em Matosinhos

Entre os países da União Europeia (UE28), Portugal assume apenas o vigésimo primeiro lugar quanto à importância relativa de pessoas de nacionalidade estrangeira no total de residentes (cfr. Oliveira e Gomes, 2017: 35). Segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) em 2016 residiam, em Portugal, 397 731 cidadãos e cidadãs estrangeiras com título de residência válido, representando 3,9% do total de residentes no país (cfr. Oliveira e Gomes, 2017: 51).

Estes números resultam de uma redução do volume de entradas de pessoas estrangeiras em Portugal e uma diminuição do número de homens e de mulheres estrangeiras que aqui se fixam. Ainda segundo dados do SEF, em 2010, residiam em Portugal 445 262 pessoas com outras nacionalidades. O ano de 2015 é aquele que apresenta o número mais baixo da década (388 731 pessoas estrangeiras a residirem no país).

Note-se que nem todos os distritos atraem da mesma forma a população imigrante. Nos dez distritos identificados no quadro em baixo residem 91,9% do total de pessoas estrangeiras em Portugal. Lisboa, seguida de Faro e Setúbal são os distritos que concentram o maior número de pessoas estrangeiras residentes.

Quadro 1 - População estrangeira residente em Portugal nos dez distritos com maior número de pessoas estrangeiras residentes | 2016

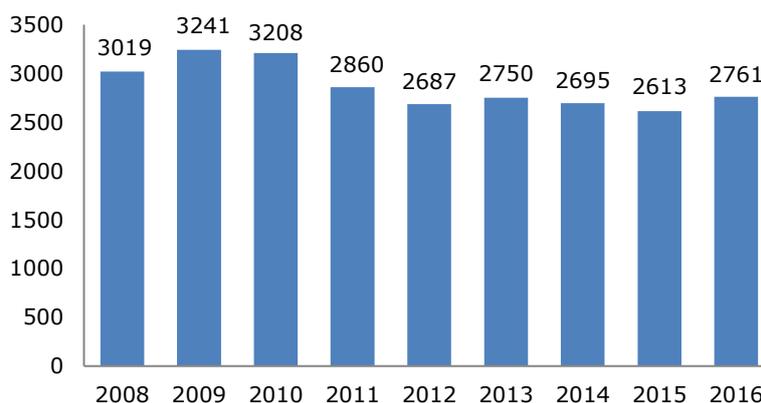
Distritos (top 10)	Número de pessoas estrangeiras residentes	Porcentagem face ao total de população estrangeira residente em Portugal 2016	Varição 2015-2016 (%)
Lisboa	173 118	43,5	-0,2
Faro	63 481	16,0	+9,0
Setúbal	36 175	9,1	-2,2
Porto	24 092	6,1	+4,9
Leiria	15 319	3,9	+4,6
Coimbra	11 906	3,0	+5,0
Aveiro	11 798	3,0	+0,8
Santarém	11 008	2,8	+0,5
Braga	10 258	2,6	+7,6
Beja	7 624	1,9	+2,4
Total de pessoas estrangeiras a residir nos 10 distritos	364 779	91,9	+2,3

Enquanto concelho do distrito do Porto, Matosinhos integra um dos territórios com maior presença de população estrangeira. Em 2016, residiam no concelho 2 761 pessoas estrangeiras, o que significa que 11,4% do total de pessoas nacionais de outros países do distrito residiam em Matosinhos. Note-se que o total da população residente no concelho

(nacionais e estrangeiros) representava, no mesmo ano, 9,5% do conjunto de pessoas residentes no distrito.

Considerando a evolução da presença de pessoas estrangeiras em Matosinhos, pode ver-se que no ano de 2009 se regista um máximo de 3 241 pessoas, sendo que a partir de 2013 há uma relativa constância, ficando os números sempre abaixo das 3 mil pessoas.

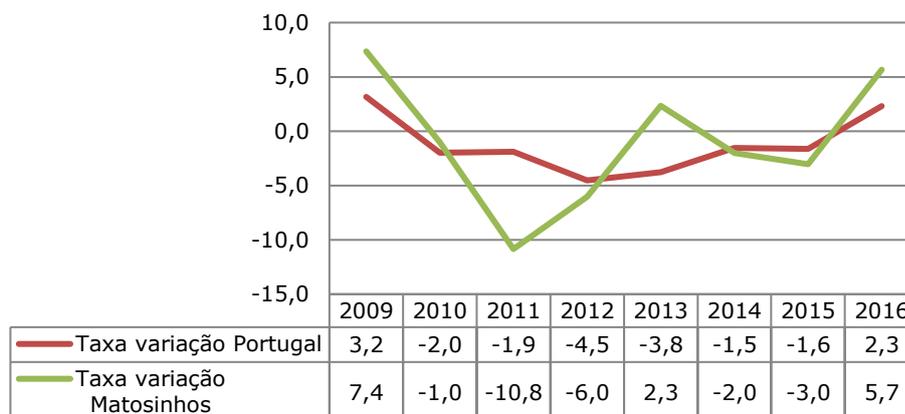
Gráfico 3 - Pessoas estrangeiras residentes no concelho de Matosinhos | 2008 - 2016



Fonte: SEF dados apresentados em ACM, 2017, *Relatório das Políticas Locais de Acolhimento e Integração de Imigrantes e seus Descendentes no Município de Matosinhos - Resultados da aplicação do Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD)*: 15.

A evolução no número de pessoas estrangeiras a residir no concelho de Matosinhos tem seguido as tendências do país, ainda que com algumas especificidades. Entre 2010 e 2011, por exemplo, a taxa de variação de população estrangeira residente no concelho apresenta-se muito mais negativa do que em Portugal, em geral. Por outro lado, a taxa de variação positiva, entre 2015 e 2016, situa-se acima da taxa para o país.

Gráfico 4 - Taxa de variação anual de população estrangeira para Portugal e Matosinhos | 2008 - 2016



Fonte: SEF dados apresentados em ACM, 2017, *Relatório das Políticas Locais de Acolhimento e Integração de Imigrantes e seus Descendentes no Município de Matosinhos - Resultados da aplicação do Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD): 15.*

Para além da evolução dos números, pode dizer-se que a população estrangeira a residir no concelho de Matosinhos é relativamente residual – em 2016 as pessoas estrangeiras representavam 1,6% do total da população residente, valor que se situa bem abaixo dos 3,9% da média nacional.

Em Portugal, os dez principais países de onde é nacional a maior parte das pessoas estrangeiras com residência são: Brasil; Cabo Verde; Ucrânia; Roménia; China; Reino Unido; Angola; Guiné-Bissau; França e Espanha. Apesar dos/as nacionais de países terceiros, com particular destaque para o Brasil, continuarem a ser a maioria das pessoas estrangeiras em Portugal, foi a presença de nacionais de países da União Europeia (França, Espanha e Reino Unido) que mais cresceu. Fora da União Europeia apenas a China aumenta o número de nacionais a residir no nosso país.

Em Matosinhos destacam-se as pessoas brasileiras entre a população estrangeira. Mas enquanto no país, em geral, as pessoas nacionais de Cabo Verde ocupam a segunda posição e as da Ucrânia, a terceira, no concelho estas posições são ocupadas pela Ucrânia e a China, respetivamente. À semelhança do que acontece no país, a população chinesa é a única que aumenta o número de nacionais a residir em Matosinhos. Entre as pessoas nacionais da União Europeia crescem as pessoas oriundas do Reino Unido.

Quadro 2 - Pessoas estrangeiras residentes em Matosinhos, segundo as principais nacionalidades | 2010 e 2015

Principais nacionalidades	2010	2015
Total	3 208	2 613
<i>Países terceiros:</i>	<i>2 360</i>	<i>1 721</i>
• Brasileira	1 544	1 111
• Ucraniana	363	198
• Chinesa	211	243
• Cabo Verdiana	82	58
• Angolana	68	59
• Moldava	37	8
• Guineense	30	29
• Santomense	25	15
<i>Países da União Europeia</i>	<i>98</i>	<i>93</i>
• Inglesa	69	77
• Romena	29	16

Fonte: INE, *Anuários Estatísticos 2010 e 2015*.

Ainda que o número de pessoas estrangeiras, e o seu peso relativo, possa ser menor do que noutros concelhos do país, importa referir que a inclusão destas populações a nível local se faz, essencialmente, dependendo das características dos contextos e de como as instituições relevantes fazem a gestão da diversidade dos públicos com quem trabalham.

Os dados do SEF para Portugal confirmam uma tendência para a feminização dos fluxos imigratórios verificada desde 2012 (cfr. Oliveira e Gomes, 2017: 55). A investigação realizada tem demonstrado que a imigração feminina assume uma maior expressão nas últimas décadas, na medida em que já não está fundamentalmente associada, como no passado, a um projeto familiar, no qual o homem emigrava primeiro e só mais tarde mulher e filhos/as se juntavam: *“A trajetória em que o homem emigra primeiro e a mulher e os filhos alguns anos depois ainda existe, mas é acompanhada por uma nova pluralidade de trajetórias: umas em que a mulher emigra antes ou em conjunto com o marido/companheiro, sempre no âmbito de um projecto de migração familiar; outras em que a mulher emigra sozinha (ou com os filhos) e tem um projecto mais individual de migração (migração autónoma)”* (Wall e outros, 2008: 617).

No caso de Matosinhos, os dados do SEF para 2016, revelam um predomínio da população feminina entre as pessoas estrangeiras, tendência em alinhamento com o que tem vindo a acontecer no país.

Quadro 3 - Pessoas estrangeiras residentes em Portugal e em Matosinhos, segundo o sexo (%) | 2016

Matosinhos	Homens	Mulheres
Total de pessoas estrangeiras	44,0	56,0
Pessoas nacionais de países da UE	53,2	46,8
Pessoas nacionais de países terceiros	41,4	58,6
Portugal	Homens	Mulheres
Total de pessoas estrangeiras	51,5	48,5

Fontes: SEF dados apresentados em ACM, 2017, *Relatório das Políticas Locais de Acolhimento e Integração de Imigrantes e seus Descendentes no Município de Matosinhos - Resultados da aplicação do Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD):15* e SEF dados apresentados em Oliveira, 2017:56.

Com efeito, 56% do total da população estrangeira com residência no concelho de Matosinhos, no ano de 2016, é do sexo feminino. Esta percentagem é mesmo superior à de mulheres entre as pessoas estrangeiras em Portugal (48,5%). Matosinhos inscreve-se, assim, nos 133 concelhos onde as mulheres assumem maior importância relativa no conjunto da população estrangeira residente. Acresce que a sua percentagem de mulheres estrangeiras não está muito longe da apresentada pelos cinco municípios com maior percentagem de população feminina oriundas de outros países (percentagens que variam entre 60% e 66% do total de residentes estrangeiros/as). É na região norte e no interior onde se nota uma maior feminização da população imigrante.

Tendo novamente como referência a informação disponível para o país, a população estrangeira surge como heterógena também em relação a este aspeto. Assim, *“observa-se que a nacionalidade brasileira é aquela que mostra maior importância relativa do sexo feminino (61,9%) no total de residentes dessa nacionalidade”* (Oliveira e Gomes, 2017: 56). Uma maior presença das mulheres faz-se também sentir entre as pessoas nacionais de Angola, Cabo Verde e Ucrânia. Ao contrário, os homens predominam entre chineses, nacionais da Roménia e nacionais de países da União Europeia.

Os dados disponíveis para o concelho de Matosinhos dão conta de um igual predomínio das pessoas do sexo masculino entre os nacionais da EU por contraponto com a maior presença feminina entre os nacionais de países terceiros.

Mantendo a tendência de anos anteriores, nota-se que a população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal é mais jovem que a população de nacionalidade portuguesa. O mesmo fenómeno acontece em Matosinhos: Segundo dados do Censo de 2011, 70% da população estrangeira residente no concelho tem idades entre os 20 e os 49 anos; entre a população de nacionalidade portuguesa tal percentagem desce para 42,5%. Por outro lado,

apenas 2,2% das pessoas estrangeiras têm 70 ou mais anos, enquanto as pessoas residentes de nacionalidade portuguesa atingem os 11,2% no mesmo intervalo de idades (cfr. ACM, 2017).

Não havendo dados disponíveis apenas para o concelho podemos considerar que as tendências serão semelhantes às do país, as quais revelam, contudo, diferenças em função dos países de origem. Estimativas Anuais da População Residente para 2015 revelam que as nacionalidades que evidenciam maior concentração nas idades ativas entre os 20-49 anos são a brasileira, a romena, a angolana, a guineense e a são-tomense. Por outro lado, entre as nacionalidades estrangeiras com estruturas etárias mais jovens (ou seja, com maiores percentagens da sua população no intervalo de idades entre os 0-19 anos) destacavam-se a chinesa e a romena. Tal como seria de esperar, são as pessoas nacionais da União Europeia as que apresentam estruturas etárias mais envelhecidas (cfr. Oliveira e Gomes, 2017:60).

No final deste primeiro ponto do Diagnóstico um esclarecimento se impõe. Ainda que este seja pretensamente um diagnóstico que fundamentará o Plano para a Integração de Pessoas Imigrantes do concelho de Matosinhos, todos os dados apresentados dizem respeito à população estrangeira, tal como se fez anteriormente. Note-se, porém que *“o conceito de imigrante remete para um movimento de fronteira e/ou de entrada e fixação de um cidadão por um período superior a um ano em território português. Por sua vez, o conceito de estrangeiro remete para todo o cidadão que não é nacional em Portugal, ou seja, tem inerente a nacionalidade do indivíduo”* (Oliveira e Gomes, 2014, p. 21).

Tal significa que os dois conceitos não são sinónimos e que falar apenas de pessoas com nacionalidade estrangeira e, em particular, de nacionais de países terceiros, é ignorar toda a diversidade de movimentos de que é composto o fenómeno migratório: há imigrantes que já podem ter a nacionalidade portuguesa e há pessoas estrangeiras que nunca tiveram uma experiência migratória, pois já nasceram em Portugal. Acresce que considerar apenas aqueles e aquelas que têm estatuto legal de residente é, por outro lado, ignorar a existência de um conjunto de pessoas que aguardam pelo processo de legalização da sua estada em Portugal, sendo que estas não só representam um volume significativo de trabalho para serviços de acolhimento de imigrante, como a elas se colocam problemas acrescidos de integração.

Há, no entanto, limitações que decorrem da própria produção de informação. Com efeito, as fontes de natureza estatística e administrativa apenas recolhem informação segundo a nacionalidade ou, em alguns casos, também segundo a naturalidade dos indivíduos. Não havendo informação estatística que apure com rigor o fenómeno da imigração fica comprometida uma verdadeira compreensão da imigração como um sistema complexo de movimentos e limitada a capacidade de entendimento dos processos de inserção das pessoas imigrantes.

2.2. Educação e Língua

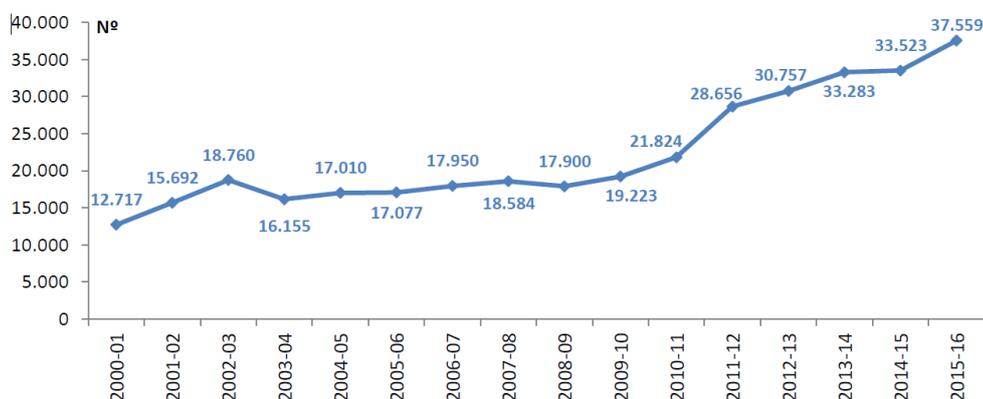
2.2.1. Qualificações escolares

Mais do que elementos de caracterização da população, as qualificações escolares da população estrangeira e o domínio da língua portuguesa são fatores importantes no processo de integração nas sociedades de acolhimento.

Na Europa, nos últimos anos, tem-se verificado que a entrada de estudantes estrangeiros/as, sobretudo universitários/as, nos diferentes países de acolhimento ganhou importância relativa nos fluxos de imigração. Em 2016 a média de primeiras autorizações de residência relacionadas com educação nos países da União Europeia foi de 20%, encontrando-se Portugal abaixo dessa média com 12% de primeiras autorizações de residência por razões educativas. Note-se que foi o ano de 2012, aquele em que Portugal registou a percentagem mais elevada de autorizações daquela natureza (26%).

Nos últimos anos, mudanças no enquadramento legal português, com vista à captação de estudantes internacionais para o ensino superior, têm influenciado na evolução das alunas e alunos estrangeiros no ensino superior. O Decreto-Lei n.º 36/2014, de 10 de março, estabeleceu em 2014 o estatuto de estudante internacional, fundamentando-se na noção de que a captação de estudantes estrangeiros/as permite aumentar a utilização da capacidade instalada nas instituições, potenciar novas receitas próprias, que poderão ser aplicadas no reforço da qualidade e na diversificação do ensino ministrado, e tem um impacto positivo na economia.

Gráfico 5 - Evolução do número de alunos estrangeiros inscritos no Ensino Superior em Portugal, | Anos letivos de 2000/2001 e 2015/2016



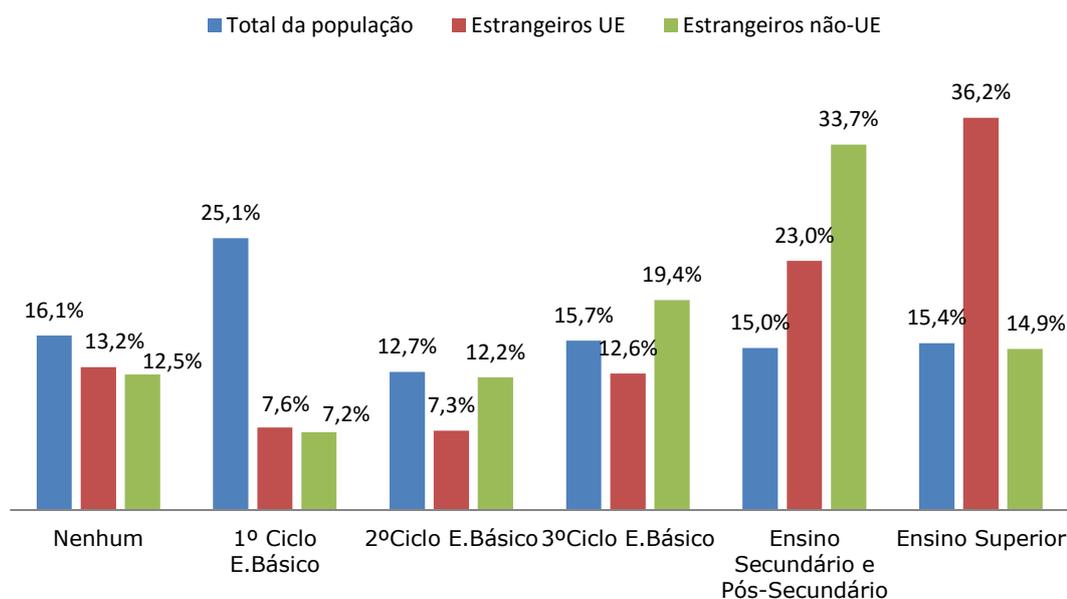
Fonte: Inquérito aos Alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, DGEEC/MEC, dados apresentados em Oliveira e Gomes, 2017:94.

Para a população estrangeira residente no concelho de Matosinhos não é possível apurar quantas são as que vieram para Portugal com o objetivo específico de aumentar aqui as suas habilitações escolares, nem quantas se encontram inscritas no ensino superior mas, do *workshop* promovido sobre as questões da educação, podem salientar-se dois aspetos:

- o elevado nível de qualificação da população estrangeira (por comparação com a média da população portuguesa, apesar das evoluções positivas a este nível);
- a forte desadequação entre as qualificações escolares, em geral, e as atividades económicas desenvolvidas.

Os dados dos Censos 2011 confirmam que a população estrangeira residente no concelho de Matosinhos possui níveis de escolaridade mais elevados do que os atingidos pela generalidade da população residente no município, ao contrário da ideia que frequentemente corre entre a opinião pública e inscrevendo o concelho nas tendências que se verificam no país.

Gráfico 6 - Nível de escolaridade completo da população residente no município de Matosinhos | 2011



Fonte: INE/Censos 2011, dados apresentados em ACM, 2017, *Relatório das Políticas Locais de Acolhimento e Integração de Imigrantes e seus Descendentes no Município de Matosinhos - Resultados da aplicação do Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD)*: 15.

Tal como se pode verificar no gráfico em cima, a população estrangeira e, em particular os/as nacionais de países terceiros, estão presentes, em maior percentagem, no ensino secundário e no 3º ciclo do ensino básico. Ainda que no ensino superior se destaquem, proporcionalmente, os/as nacionais de países da EU, a percentagem de nacionais de países terceiros que completou o ensino superior é muito idêntica à percentagem de nacionais. “É ainda possível constatar que no caso da generalidade da população residente no município 43,9% apenas

atingiu o 1º ciclo (16,1% não atingiu nenhum nível de ensino e 25,1% o 1º ciclo) ao passo que no caso dos cidadãos estrangeiros UE os valores situam-se em 20,8% (13,2% não atingiu nenhum nível de ensino e 7,6% atingiu o 1º ciclo) e no caso dos cidadãos estrangeiros não-UE os valores situam-se em 19,7% (12,5% não atingiu nenhum nível de ensino e 7,2% atingiu o 1º ciclo)” (ACM, 2017: 19).

Estes dados, relativos aos níveis de instrução atingidos pela população estrangeira residente em Matosinhos, revelam uma das tendências dos fluxos migratórios que, no final dos anos 90, se começam a dirigir para Portugal. Com efeito, nessa época inicia-se uma nova corrente migratória com origem nos antigos países de leste da Europa, conduzindo o país a um novo desafio, evidenciado em alguns estudos, que é o de receber pessoas imigrantes altamente qualificadas, com frequência sobre qualificadas, por relação às atividades que podem desenvolver no mercado de trabalho (cfr. Peixoto, 1998). Também os acordos especiais que Portugal estabeleceu com países como o Brasil, levaram à imigração de pessoas mais qualificadas com perspetivas de um fácil reconhecimento das suas habilitações.

Ainda que a uma escala micro, os *workshops* dinamizados no concelho, com o objetivo da elaboração do diagnóstico local sobre a situação das pessoas imigrantes, revelam este fenómeno da qualificação destas pessoas – das 21 participantes, 11 (52%) são pessoas licenciadas. Também o pessoal técnico que participou nos grupos de discussão dá conta de que “cada vez mais os estrangeiros têm ensino superior”.

2.2.2. O reconhecimento das qualificações

Como foi já referido, a experiência imigratória portuguesa foi, durante um período de tempo, muito marcada pela atração de imigrantes semiqualeificados e desqualificados para responderem às necessidades de mão-de-obra que, devido às características do mercado de trabalho português, era essencialmente uma mão-de-obra manual.

A partir da transição para o século XXI, esta questão altera-se, sobretudo devido à emergência de outros fluxos migratórios, e Portugal começou a ter no seu mercado de trabalho trabalhadores/as imigrantes em situação de sobre qualificação, ou seja, trabalhadores/as com um nível de competências superior ao requerido pelas tarefas que desempenhavam (cfr. Oliveira e Gomes, 2014: 149-150).

Como consequência, o enquadramento legal do reconhecimento de qualificações, até meados da década passada, estava muito pouco desenvolvido. Até 2007 o processo de reconhecimento de qualificações estava muito dependente da universidade a que o indivíduo solicitava o processo e os pedidos eram analisados caso a caso. Em 2007 foi aprovado um novo enquadramento e regime para o reconhecimento de títulos académicos - licenciaturas, mestrados e doutoramentos - adquiridos no estrangeiro (Decreto-Lei n.º 341/2007) que suscitou um “*aumento substantivo do número global de equivalências, reconhecimentos e registos de graus académicos superiores estrangeiros em Portugal. Entre 2002 e 2015 verificou-*

se um aumento de +252% no número de equivalências, reconhecimentos e registos de qualificações concedidos (passando de 658 em 2002 para 2.315 em 2015)” (Oliveira e Gomes, 2017: 103).

Sem que se possa fazer uma distinção entre equivalência, reconhecimento e registo de qualificações, este é um dos processos mais difíceis que as pessoas imigrantes têm que enfrentar, na opinião das próprias que participaram nos *workshops* promovidos no âmbito da elaboração deste diagnóstico. Associações como a Mais Brasil apoiam neste processo, mas “é o cabo de trabalhos” (Imigrante, participante no *workshop* sobre Educação, Formação e Emprego). E, ainda que na página de internet do Alto Comissariado para as Migrações (ACM) haja informação disponível sobre esta matéria, os/as participantes referem que: “O reconhecimento dos diplomas é para nós muito complicado. É difícil perceber quais os documentos necessários; como é que os conseguimos obter; o que traduzir e onde; que custos vamos ter” (Imigrante, participante no *workshop* sobre Educação, Formação e Emprego). Ainda em relação ao processo de reconhecimento e equivalência das habilitações, foram mencionados os elevados custos a ele associados.

2.2.3. A língua

A compreensão da língua do país de acolhimento é um requisito fundamental no processo de integração de imigrantes. Ora, de acordo com as pessoas que participaram nos *workshops* realizados, o domínio da língua portuguesa é uma das maiores dificuldades sentidas pela população imigrante, muito particularmente por aqueles/as que vêm de países onde a língua oficial não é o português. Em concordância com estudos realizados internacionalmente, profissionais que participaram nos *workshops* em Matosinhos referem o não conhecimento da língua portuguesa como uma forte limitação ao processo de integração de imigrantes, até porque, para a obtenção da nacionalidade, exige-se conhecimentos de português.

“Num Eurobarómetro Qualitativo (2011) acerca da integração de imigrantes, os inquiridos (tanto os respondentes autóctones como os imigrantes) declararam percecionar a língua como uma das principais barreiras à integração nas sociedades europeias e, conseqüentemente, a aprendizagem ou domínio da língua da sociedade de acolhimento pelos imigrantes como um aspeto fundamental de integração. No estudo europeu Immigrant Citizens Survey (Huddleston e Tjaden, 2012), mais de 90% dos imigrantes inquiridos defenderam que os cursos de aprendizagem da língua do país onde se encontram tiveram um efeito muito positivo na sua integração, nomeadamente porque os ajudou a envolverem-se mais com a comunidade local onde se encontravam e a adquirir vocabulário útil para o seu trabalho” (Oliveira e Gomes, 2017: 109).

Por outro lado, a Agenda Comum para a Integração [COM (2005) 389 final] veio estabelecer o enquadramento para a integração de nacionais de países terceiros na União Europeia, realçando que o conhecimento básico da língua, da história e das instituições da sociedade de acolhimento é indispensável para a integração, assumindo-se que, proporcionar às pessoas

imigrantes a possibilidade de adquirir esse conhecimento é essencial para uma integração bem-sucedida. A aprendizagem da língua no quadro das recomendações da União Europeia remete também, simultaneamente, para o respeito da língua e cultura dos/as imigrantes e descendentes, enquanto elemento importante da política de integração (Documento 14615/04 do Conselho, de 19 de novembro de 2004). No mesmo sentido, o Plano de Ação sobre a Integração de Nacionais de Países Terceiros [COM (2016) 377 final] definido ao nível europeu em 2016, recomenda o investimento dos Estados-membros em formação linguística, nomeadamente em programas que antecedam a partida dos imigrantes, como forma de acelerar a sua integração no seu futuro ambiente de acolhimento.

As desvantagens competitivas do não conhecimento da língua portuguesa são reconhecidas pelas próprias pessoas imigrantes que participaram nos *workshops*. Essas desvantagens são particularmente visíveis na escola e no acesso ao mercado de trabalho.

- *“Quando os alunos não falam português, os professores não facilitam, não investem”* (Imigrante, participante no workshop sobre Educação, Formação e Emprego);

- *“Se eu não souber falar português não posso fazer certos trabalhos”* (Imigrante, participante no workshop sobre Educação, Formação e Emprego).

Por vezes, porém, mesmo que haja o domínio da língua portuguesa há a questão do sotaque que limita também o acesso ao desempenho de certas profissões, o que é entendido como um elemento de discriminação: *“Eu já fui discriminada pelo meu sotaque brasileiro. Houve mesmo uma escola que me disse: se não fosse esse sotaquezinho, o emprego era seu, mas assim...”* (Imigrante, participante no workshop sobre Educação, Formação e Emprego).

Para além das repercussões que um fraco domínio da língua portuguesa pode implicar no acesso ao sucesso educativo e no acesso ao mercado de trabalho, é de notar que o desconhecimento da língua é um dos principais fatores, apontado em estudos internacionais, que concorrem para situações de exploração laboral.³ Acresce que, ainda de acordo com testemunhos de participantes nos *workshops*, as dificuldades com a língua significam dificuldades de comunicação, menos capacidade de interação com outras pessoas e, sobretudo no que diz respeito às crianças na escola, mais dificuldades de inserção no grupo de pares.

A questão do isolamento social devido, em boa medida, ao desconhecimento da língua foi particularmente referida pelas pessoas que se encontram em Matosinhos ao abrigo da Plataforma de Apoio a Refugiados. Tal como foi ilustrado pelas próprias, sem o domínio da língua, o seu quotidiano fica quase limitado ao espaço casa, sobretudo no caso das mulheres.

³ Vd. Cardoso, A. et al., 2014, Severe forms of Labour Exploitation Supporting victims of severe forms of labour exploitation in having access to justice in EU Member States, FRA. Available at: <http://fra.europa.eu/en/country-data/2015/country-reports-comparative-report-severe-labour-exploitation-workers-moving>.

Importa ainda não esquecer que o desconhecimento da língua é um dos elementos que alimenta um ciclo de exclusão: certos circuitos laborais e de isolamento social impedem a aprendizagem da língua portuguesa; um fraco conhecimento do português reforça o isolamento que, por seu turno, acrescenta invisibilidade ao fenómeno e um afastamento em relação aos serviços de apoio, acrescentando, com frequência, dificuldade aos processos de legalização, quando tal é exigido.

Ainda de acordo com os/as participantes nos *workshops* dinamizados em Matosinhos, são as pessoas chinesas as que apresentam mais dificuldades no domínio da língua portuguesa. De acordo com o Presidente da associação *Liga dos Chineses em Portugal*, é no acesso à saúde que mais se manifestam os limites de uma fraca compreensão do português e nem sempre é possível recorrer aos serviços de tradução simultânea do ACM.

No entanto, o desejo de integração das pessoas imigrantes é manifesto e várias estratégias foram referidas: o recurso a explicadores particulares quando há dificuldades de compreensão dos conteúdos escolares (em particular por parte das crianças chinesas); o recurso aos programas de tradução disponíveis na internet; a interação com o público, em geral; o relacionamento com colegas de trabalho.

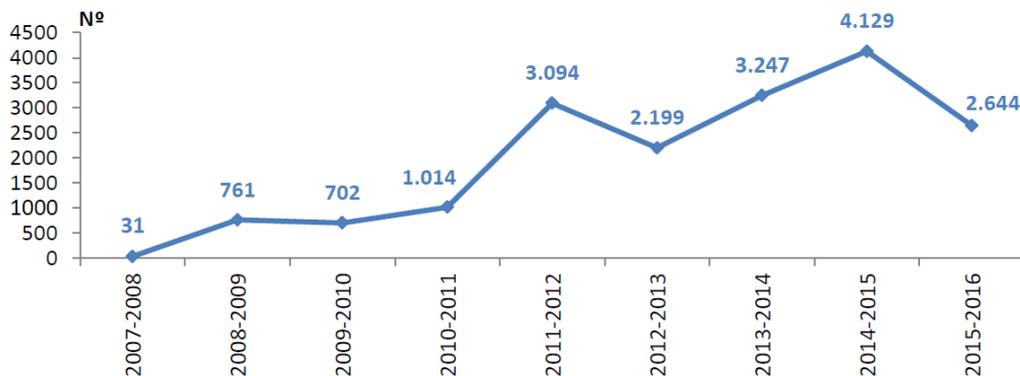
Como resultado da tomada de consciência da importância, para as pessoas imigrantes, do domínio da língua do país de acolhimento, tem vindo a aumentar a oferta de programas específicos na generalidade dos Estados-membros da União Europeia, entre os quais Portugal.

Ao contrário de países como Bélgica, Bulgária, Dinamarca e Noruega, em Portugal não há a frequência de cursos da língua de acolhimento à chegada como requisito de integração, mas o conhecimento da língua portuguesa é critério para atribuição da nacionalidade a pessoas estrangeiras (certificação da aprendizagem do português de nível A2). Em Portugal⁴, cursos de português de base voluntária são disponibilizados – o Português como Língua Não Materna (PLNM) e o Português para Todos (PPT). Complementarmente promove-se também a aprendizagem *online* da língua portuguesa – Plataforma de Português Online.

No ano letivo de 2015/2016 encontravam-se matriculados na disciplina de PLNM 2 644 alunos e alunas de 80 nacionalidades diferentes.

⁴ Tal como na Eslovênia, Espanha, Estónia, Finlândia, Grécia, Itália, Letónia, República Checa, Romênia e Suécia.

Gráfico 7 - Alunos/as matriculados/as na disciplina de Português Língua Não Materna (PLNM) no Continente | Anos letivos de 2007/2008 a 2015/2016



Fonte: DGEEC, Ministério da Educação, dados apresentados em Oliveira e Gomes, 2017:113.

O Programa Português para Todos, destinado a pessoas adultas, é disponibilizado gratuitamente pelo Estado português e permite a certificação da aprendizagem. No ano de 2016 registou-se um total de 6 493 formandos/as, tendo havido lugar a 2 182 certificações.

“Em termos da distribuição dos formandos do PPT pelas diferentes regiões do país, repete-se a tendência da própria distribuição da população estrangeira residente no território português, verificando-se que a maioria dos formandos está nas regiões de Lisboa (33,7% em 2016) e do Norte do país (24% em 2016)” (Oliveira e Gomes, 2017: 117).

Nos *workshops* realizados em Matosinhos, com vista à elaboração do presente diagnóstico, deu-se conta da existência de uma turma de Português para Todos com 26 pessoas inscritas na Escola Gonçalves Zarco. A escola promove também um curso de PPT em estabelecimento prisional, mas a implementação deste tipo de curso não está isenta de problemas:

- Exigência de grupos de 26 pessoas para a constituição das turmas, o que leva a grupos muito grandes para o efeito.
- Grande hiato de tempo entre o período de inscrições e o início do curso que se justifica, em grande parte dos casos, por ser difícil constituir as turmas.
- Com frequência criam-se grupos muito heterógenos do ponto de vista da língua materna, tornando muito difícil o papel do/a formador/a.
- Fraca divulgação dos cursos e ausência de divulgação noutras línguas que não o português.

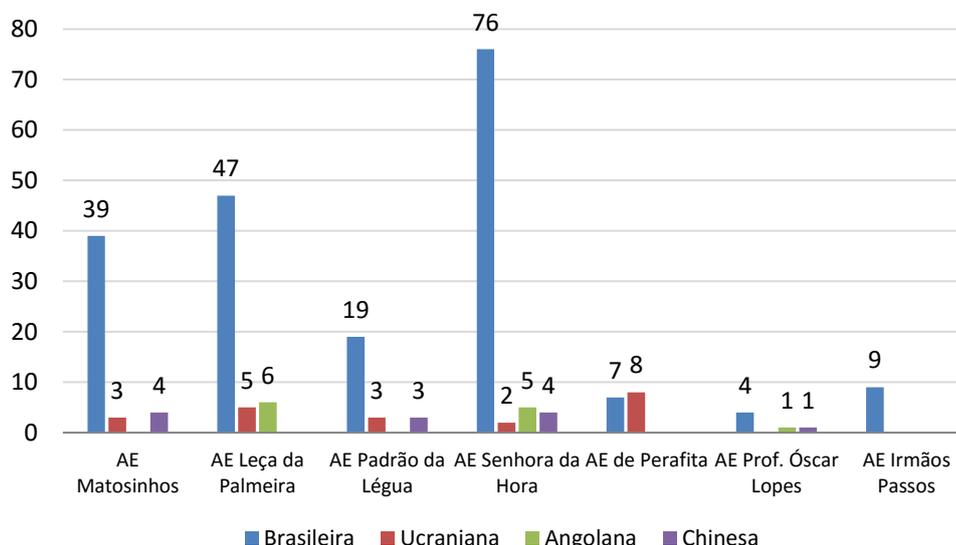
Por outro lado, o facto de, para a frequência dos cursos, se exigir visto de residência, limita a participação e faz com que, quem esteja numa situação precária face à sua integração no país, encontre dificuldades acrescidas a este nível, prolongando a sua condição de precariedade.

2.2.4. Crianças estrangeiras e a escola

No ano letivo 2015/2016 estavam inscritos/as, nas escolas do concelho de Matosinhos, 24 108 alunos/as dos/as quais cerca de 81,7% frequentavam os estabelecimentos públicos.

No universo dos estabelecimentos públicos do concelho, a recolha de informação realizada no âmbito deste diagnóstico junto dos agrupamentos escolares⁵ permitiu identificar 379 matrículas por parte de crianças e jovens estrangeiros/as entre o ano letivo 2014/2015 e 2017/2018, que correspondem a 33 nacionalidades diferentes. Apesar desta grande diversidade, tal como se pode verificar no gráfico seguinte, a principal nacionalidade é a brasileira seguida (de longe) da ucraniana, angolana e chinesa.

Gráfico 8 - Matrículas de alunos e alunas estrangeiras nos Agrupamentos Escolares do concelho de Matosinhos, segundo as nacionalidades mais frequentes | Anos letivos de 2014/2015 a 2017/2018



Fontes: Agrupamentos Escolares do Concelho de Matosinhos.

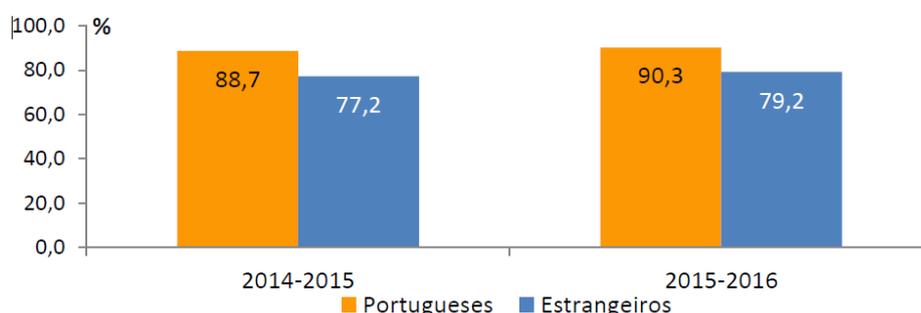
Estes dados seguem algumas das tendências reveladas para o conjunto das escolas do país. Assim, de acordo com o estudo do Observatório das Migrações, uma “análise desagregada por principais países de nacionalidade dos alunos estrangeiros matriculados no Ensino Básico e Secundário revela que no ano letivo de 2015/2016 se destacavam na primeira posição os brasileiros, com 26,5% dos alunos estrangeiros matriculados (o correspondente a 9 687 alunos)” (Oliveira e Gomes, 2017: 88). A nível nacional alunos/as de origem angolana e ucraniana ocupam, respetivamente, a quarta e quinta posições. Já os alunos e alunas de origem chinesa surgem em nono lugar. Em Matosinhos estas três nacionalidades abrangem quase o mesmo número de alunos/as.

⁵ De notar que dois agrupamentos escolares não forneceram a informação solicitada.

A informação disponível não permite analisar a expressão local do insucesso escolar entre as crianças estrangeiras. Nos *workshops* realizados para discutir eventuais problemas de integração associados à escola, também as questões relativas ao insucesso escolar não foram focadas e as crianças estrangeiras são, na generalidade, entendidas pelos/as docentes como “cumpridoras”.

No entanto, dados a nível nacional revelam que crianças e jovens alunos/as “apresentam, de forma genérica, níveis de sucesso escolar inferiores aos verificados para os alunos de nacionalidade portuguesa, tendência que revela alguma continuidade com o observado na última década (Oliveira e Gomes, 2014: 134) e similitudes com o que já se havia mostrado para os restantes países da OCDE (PISA, 2016). No ano letivo de 2015/2016, a taxa de transição/conclusão dos alunos de nacionalidade estrangeira (79,2%) situava-se 11 pontos percentuais abaixo da taxa apresentada pelos alunos de nacionalidade portuguesa (90,3%)” (Oliveira e Gomes, 2017: 90). No entanto, tal como o gráfico em baixo expressa, verifica-se uma tendência de evolução positiva na taxa de transição ou conclusão dos/as alunos/as estrangeiros/as, acompanhando a evolução geral.

Gráfico 9 - Taxa de transição ou conclusão dos/as alunos/as do ensino básico e secundário, segundo a nacionalidade, em Portugal | Anos letivos de 2014/2015 e 2015/2016



Fonte: DGEEC, Ministério da Educação, dados apresentados em Oliveira e Gomes, 2017:90.

Mais do que as questões do insucesso escolar, as pessoas imigrantes que participaram nos *workshops* falaram em discriminação das crianças estrangeiras na escola, fator que poderá inclusivamente conduzir, em certos casos, a um mais fraco desempenho escolar. Ainda na opinião das mulheres e homens que participaram neste processo de reflexão, a discriminação, com base na diferença, na não aceitação “do outro diferente” deve-se, sobretudo a uma cultura escolar (dentro e fora da sala de aula) que não promove a interculturalidade, pelo que se impõe nas escolas a introdução desta abordagem metodológica:

- “É necessário promover, dentro das salas de aula atividades que contrariem a discriminação do negro, da etnia cigana e da mulher brasileira” (Imigrante, participante no *workshop* sobre Educação, Formação e Emprego).

- “Já realizei ações em escolas cá em Portugal para falar sobre a Roménia e foi muito importante. Sinto que quando digo que sou romena as pessoas acham que sou cigana. Consegui dar uma imagem diferente do meu país falando na terra do Drácula.” (Imigrante, participante no workshop sobre Educação, Formação e Emprego).

- “É importante criar oportunidades para que crianças de outras nacionalidades promovam aspetos das suas culturas de origem junto das restantes e, na medida do possível, com o envolvimento de pais e de mães” (Profissional da educação, participante no workshop sobre Educação, Formação e Emprego).

- “As escolas deviam aproveitar a presença de crianças estrangeiras como recurso para falar da diversidade cultural” (Profissional da educação, participante no workshop sobre Educação, Formação e Emprego).

Com efeito, o próprio *Relatório das políticas locais de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes no município de Matosinhos* (ACM, 2017) refere que o projeto educativo não contempla a dimensão da interculturalidade e da imigração, nem existe orientação ou estratégia de combate a comportamentos discriminatórios em contexto escolar com base na nacionalidade ou pertença étnica.⁶

2.2.5. Capacitação e formação

A Escola Profissional – Alternância foi a única a fornecer informação sobre a presença de pessoas estrangeiras nos seus cursos. Os dados apresentados revelam que, atualmente, se encontram a frequentar os cursos da Escola, cinco pessoas estrangeiras residentes no concelho de Matosinhos, todas elas nacionais de países terceiros (Brasil, Síria e Cabo Verde).

A Loja de Emprego de Matosinhos, aberta a todas as pessoas que se encontrem desempregadas ou, por qualquer motivo, à procura de emprego, tem abrangido algumas pessoas imigrantes. Na Loja de Emprego estas pessoas encontram vários cursos de desenvolvimento de competências pessoais e sociais, cursos de inglês, entre outros. Neste momento são 23 as pessoas imigrantes em acompanhamento da Loja de Emprego, 10 homens e 13 mulheres. Em termos de nacionalidades, tratam-se, sobretudo, de pessoas brasileiras (7 homens e 8 mulheres). Entre as restantes nacionalidades estão pessoas oriundas da Venezuela (1 homem e 1 mulher), da Ucrânia (2 mulheres), de Espanha (1 mulher), da Rússia (1 homem), da Roménia (1 mulher) e de um País Africano de Língua Oficial Portuguesa (1 homem).

Também a Associação Mais Brasil desenvolve atividades de apoio a pessoas imigrantes desempregadas, como seja o Grupo de Entajuda à procura de emprego – GEPE, e um curso de empreendedorismo social.

⁶ Ainda que esta avaliação tenha por base a consulta a apenas um agrupamento escolar, tudo aponta no sentido de se poder generalizar tal observação.

Numa vertente mais informativa a Associação Mais Brasil promove ações e disponibiliza materiais de divulgação e sensibilização acerca de temáticas como ‘Direitos do Trabalho’ e ‘Interculturalidade e Não Discriminação’.

2.3. Mercado de trabalho e empreendedorismo

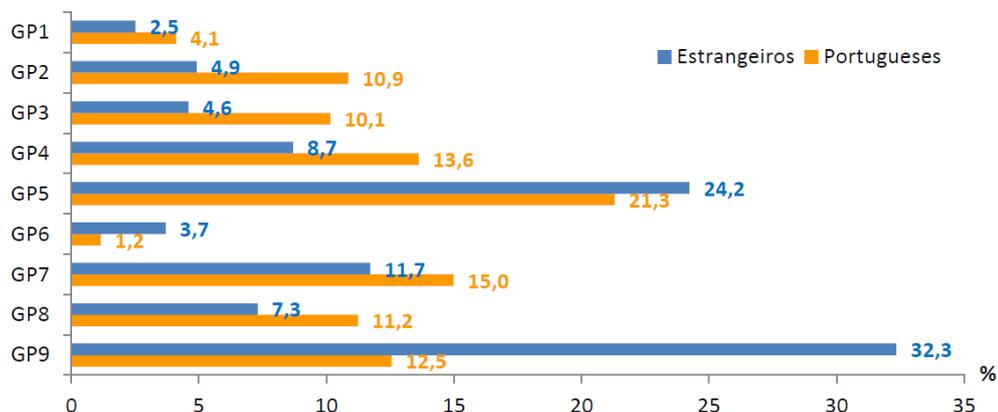
2.3.1. Participação no mercado de trabalho

Subjacente à grande maioria dos projetos migratórios está, certamente, uma forte expectativa de melhoria de vida – “*viemos para ter uma vida melhor*” (Imigrante, participante no workshop sobre Educação, Formação e Emprego). Esta expectativa contém diferentes dimensões (segurança, educação, saúde), mas a inserção no mercado de trabalho assume um papel determinante. Por outro lado, vários são os estudos que têm demonstrado que as pessoas imigrantes são fundamentais na melhoria da eficiência dos mercados de trabalho, sendo que alguns setores económicos e atividades certamente não sobreviveriam ou entrariam em crise sem trabalhadores/as imigrantes (Münz et al., 2006: 37).

Os indicadores do EUROSTAT relativamente ao mercado de trabalho mostram, para a média da UE28, que a taxa de atividade dos/as cidadãos/ãs estrangeiros/as é, na generalidade dos países, superior à taxa dos nacionais. No contexto da União Europeia a 28, Portugal é o sétimo país em que a taxa de atividade de pessoas estrangeiras extracomunitárias é mais elevada (76,3%). (cfr. Oliveira e Gomes, 2017: 121).

Estudos em Portugal têm observado a forte presença de trabalho imigrante nos setores profissionais menos qualificados, mais precários, mais expostos a instabilidade na relação laboral, com menores remunerações, e de maior incidência de sinistralidade laboral, como por exemplo a construção civil, hotelaria e restauração, serviço doméstico e, mais recentemente, a agricultura, onde casos extremos de exploração laboral de mão-de-obra imigrante têm sido denunciados. Tal como se pode ver no gráfico seguinte, mais de 50% de homens e mulheres trabalhadoras estrangeiras inserem-se no grupo de “Trabalhadores/as não qualificados/as” (32,2%) e no de “Trabalhadores/as dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores” (24,2%).

Gráfico 10 - Trabalhadores e trabalhadoras de nacionalidade portuguesa e estrangeira, por grupo profissional | 2015 %



Fonte: Quadros de Pessoal, GEP/MTSSS (sistematização e cálculos das autoras), dados apresentados em Oliveira, 2017: 124.

Nota: Grupos Profissionais: GP1-Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos; GP2-Especialistas das atividades intelectuais e científicas; GP3-Técnicos e profissões de nível intermédio; GP4-Pessoal administrativo; GP5-Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores; GP6-Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta; GP7-Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices; GP8-Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem; GP9-Trabalhadores não qualificados.

Em momentos de crise, como aquele que se viveu recentemente, as pessoas imigrantes são das mais afetadas – as oportunidades de trabalho comprimem-se e aumenta a distância das remunerações face a trabalhadores/as portugueses/as. Por exemplo, entre 2011 e 2015 a construção civil teve uma taxa de variação de trabalhadores estrangeiros de -46,4%, quando no caso dos trabalhadores portugueses a variação foi de -24,5% (cfr. Oliveira e Gomes, 2017: 127).

Ainda que não tenha sido possível obter informação específica para o concelho de Matosinhos, a discussão tida no âmbito dos *workshops* que juntou profissionais e pessoas imigrantes aponta no sentido de a realidade vivida no concelho não ser muito diferente daquela que se apresenta a nível nacional. No concelho, o trabalho na agricultura não se constitui como oportunidade, mas os setores da restauração, dos serviços pessoais e domésticos e do trabalho não qualificado, em geral, são os que absorvem a maior parte da mão-de-obra imigrante.

Outra dimensão importante a ter em conta é o frequente desajuste entre qualificações escolares/ académicas, e mesmo entre as experiências profissionais nos países de origem, e os trabalhos atualmente desenvolvidos. Com efeito, as pessoas imigrantes participantes nos *workshops* ou estavam desempregadas ou desempenhavam atividades profissionais muito desqualificadas, por relação aos seus níveis de instrução: por exemplo, uma advogada que trabalha em cozinhas de restaurantes; uma bióloga e uma engenheira que fazem trabalho

doméstico. Esta desadequação entre qualificações e atividades profissionais desempenhadas faz-se sentir, sobretudo, entre as pessoas oriundas da Europa de Leste e brasileiras e constituiu-se como um grande desafio, em particular quando as qualificações e experiências profissionais anteriores são muito específicas: “*o desafio maior é conseguir trabalho adequado à experiência*” (Imigrante, participante no workshop sobre Educação, Formação e Emprego).

Se com a realização destes trabalhos estas pessoas conseguem algum rendimento, também é verdade que isso significa uma desvalorização pessoal bem expressa nas palavras de uma das participantes nos *workshops*: “*A minha licenciatura em direito não vale de nada*” (Imigrante, participante no workshop sobre Educação, Formação e Emprego). Para além disso, as experiências no mercado de trabalho revelam outros problemas no domínio da inserção laboral:

- Salários baixos;
- Empresas que não cumprem as condições, nomeadamente salariais, que apresentam aquando do anúncio das ofertas;
- Não realização de contrato de trabalho;
- Discriminação e maus tratos psicológicos por parte de empregadores/as. Uma participante nos *workshops* refere que certas nacionalidades são alvos mais fáceis de atitudes discriminatórias, como por exemplo a romena: “*Com as pessoas romenas há mais discriminação. Têm mais dificuldades em arranjar emprego nas suas áreas, mesmo quando vêm com cursos superiores*” (Profissional, participante no workshop sobre Educação, Formação e Emprego).

Estes problemas podem não ser muito distintos daqueles sentidos pela população portuguesa à procura de emprego, mas para as pessoas imigrantes incluirá, na maior parte dos casos, consequências potencialmente mais gravosas tendo em conta a ausência, ou debilidade, das redes de suporte.

Um outro elemento determinante das situações de precariedade laboral da população imigrante é a situação irregular em que algumas pessoas se encontram depois de entrarem no país com vistos de turismo, ou outros, que não garantem autorização de residência permanente nem viabilizam o acesso ao mercado de trabalho.

Estudos de âmbito europeu, coordenados pela Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA), têm revelado que a irregularidade associada à necessidade de ter um contrato de trabalho para que, nos termos da lei portuguesa, seja possível obter uma autorização de residência, leva a que muitas pessoas imigrantes em situação irregular se sujeitem a condições de trabalho muito desfavoráveis ⁷: “*tenho ido lavar louça a restaurantes*

⁷ Vd. Cardoso, A. et al., 2014, *Severe forms of Labour Exploitation Supporting victims of severe forms of labour exploitation in having access to justice in EU Member States*, FRA. Available at: <http://fra.europa.eu/en/country-data/2015/country-reports-comparative-report-severe-labour-exploitation-workers-moving>.

e a toda a hora me exploram...mas eu preciso de ganhar e preciso de ter um contrato para conseguir os papéis” (Imigrante, participante no workshop sobre Educação, Formação e Emprego).

Formas extremas de exploração laboral, como seja a escravatura e o trabalho forçado, estão por vezes associadas a uma dimensão mais opaca dos movimentos migratórios que é o tráfico de seres humanos. Dados recolhidos, em 2016, pelo Observatório do Tráfico de Seres Humanos (OTSH) revelam uma tendência para que o tráfico para fins de exploração laboral seja o motivo principal de tráfico de pessoas adultas: dos 108 casos confirmados como sendo de tráfico, 101 correspondem a situações confirmadas de exploração laboral.⁸ No distrito do Porto não têm sido registadas tais situações, particularmente relacionadas com o trabalho agrícola no sul do país, mas ainda de acordo com o OTSH, o distrito é apontado como rota de passagem de algumas vítimas, pelo que especial atenção deve continuar a ser dada a este fenómeno.

“Não é nada fácil a vida dos imigrantes” (Imigrante, participante no workshop sobre Educação, Formação e Emprego) foi como que um desabafo expresso num dos grupos de discussão com pessoas imigrantes que pode servir de conclusão a estas reflexões.

2.3.2. Desemprego

Em 2016, para o conjunto da UE28, a taxa de desemprego de cidadãos e cidadãs estrangeiras mantinha-se superior à taxa dos nacionais: enquanto para os nacionais a taxa é de 8,1%, no caso das pessoas estrangeiras com nacionalidade de outro país da União Europeia a taxa sobe para 9,1%; para nacionais de países terceiros a taxa de desemprego é ainda mais elevada, atingindo os 17,9% (cfr. Oliveira e Gomes, 2017: 151).

Dados para Portugal do Inquérito ao Emprego, para 2016, revelam que a taxa de desemprego para pessoas estrangeiras, nacionais de países terceiros, era de 18,8%, enquanto a taxa de desemprego para a população total se situava nos 11,1%. Esta diferença, como se disse anteriormente, tem sido explicada em vários estudos (Baganha, Ferrão e Malheiros, 1999: 171; Oliveira e Pires, 2010: 127-132) que revelam como a precariedade laboral de homens e mulheres imigrantes tende a expô-los/as mais facilmente ao desemprego em contextos de crise.

No concelho de Matosinhos, os dados do Censo de 2011 apontavam já naquele sentido: a taxa de desemprego mais elevada situa-se entre imigrantes de países terceiros (17,9%) sendo a sua taxa de atividade também a mais elevada (76,2%).

⁸ Observatório do Tráfico de Seres Humanos: <http://www.otsh.mai.gov.pt/Recursos/Pages/default.aspx>.

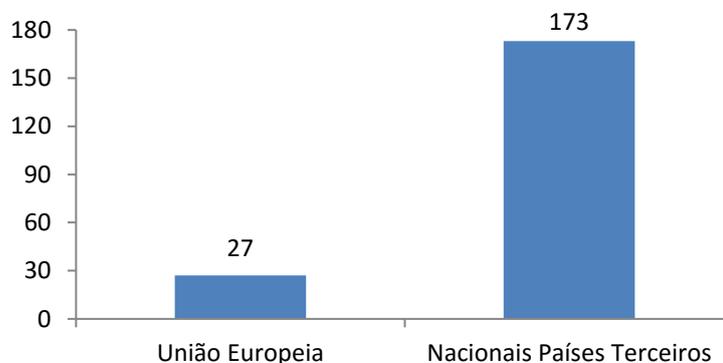
Quadro 4 - Taxas de atividade, emprego e desemprego para o total da população, pessoas estrangeiras nacionais da EU, pessoas estrangeiras nacionais de países terceiros em Matosinhos (%) | 2011

	Taxa de emprego	Taxa de desemprego	Taxa de atividade
Total da população	85,0%	15,0%	58,7%
Pessoas estrangeiras nacionais da UE	89,1%	10,9%	65,9%
Pessoas estrangeiras nacionais de países terceiros	82,1%	17,9%	76,2%

Fonte: Fonte: INE, Censos 2011, dados apresentados em ACM, 2017, *Relatório das Políticas Locais de Acolhimento e Integração de Imigrantes e seus Descendentes no Município de Matosinhos - Resultados da aplicação do Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD):21.*

Em Outubro de 2017 estavam inscritas no Centro de Emprego de Matosinhos 8 527 pessoas. Os dados recolhidos especificamente para este diagnóstico referem que, entre aquelas, se contavam 200 pessoas estrangeiras (2,3%), a grande maioria nacionais de países terceiros.

Gráfico 11 - Pessoas estrangeiras desempregadas inscritas no Centro de Emprego de Matosinhos | Outubro de 2017

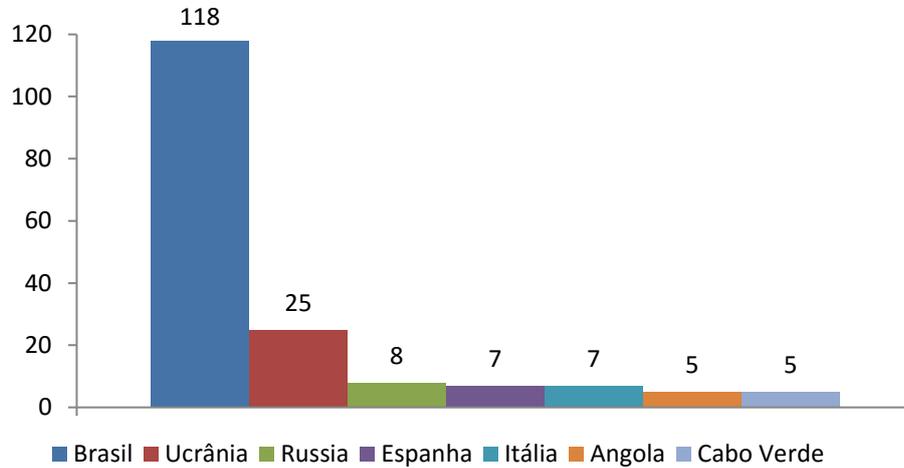


Fonte: Centro de Emprego de Matosinhos.

Algumas das nacionalidades mais presentes no concelho revelam-se também entre as pessoas inscritas no Centro de Emprego tal como se pode ver no gráfico seguinte. Da informação constante em baixo, não deixa de ser curioso o facto de não haver pessoas chinesas inscritas no Centro de Emprego, sobretudo se se considerar que a nacionalidade chinesa é a terceira mais presente entre as pessoas estrangeiras com residência no concelho. Na reunião com o Presidente da Liga Chinesa, para efeitos da elaboração deste diagnóstico, esta questão foi abordada e a resposta dá conta da relevância das redes de suporte nos fluxos migratórios de pessoas chinesas: *“são poucos ou nenhuns os chineses sem atividade profissional em Portugal.*

Quando vêm, ou vêm já com promessa de trabalho por parte de familiares, ou têm já as suas ideias de negócio.”

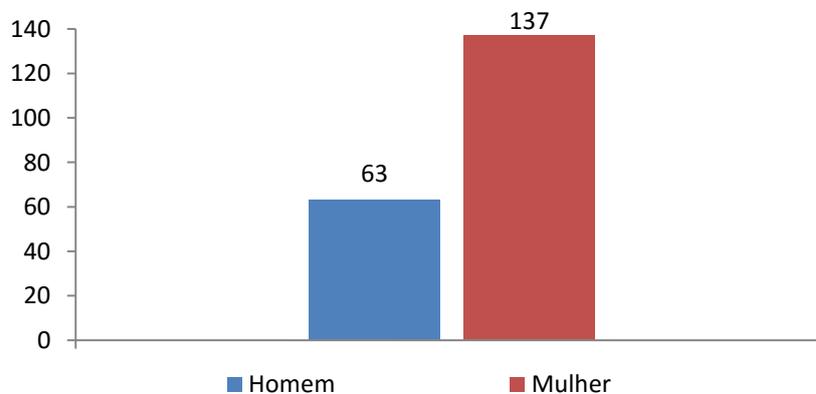
Gráfico 12 - Pessoas estrangeiras desempregadas inscritas no Centro de Emprego de Matosinhos, segundo os países de origem mais frequentes | Outubro de 2017



Fonte: Centro de Emprego de Matosinhos.

Tal como se referiu anteriormente, as mulheres representam 56% da população imigrante residente no concelho de Matosinhos mas, como se pode inferir dos números constantes no gráfico anterior, a sua presença entre a população estrangeira inscrita no Centro de Emprego de Matosinhos está sobre representada (68,5%). Estes dados estão de acordo com o que acontece no país em geral – em 2016, 58,4% das pessoas desempregadas estrangeiras registadas nos Centros de Emprego, em Portugal, eram do sexo feminino (cfr. Oliveira e Gomes, 2017: 154) e significarão, certamente, dificuldades acrescidas, por parte das mulheres imigrantes no acesso ao mercado de trabalho.

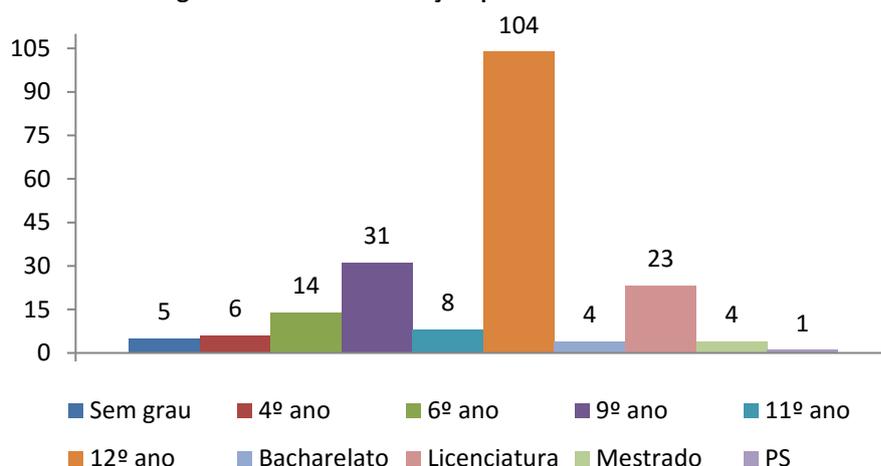
Gráfico 13 - Pessoas estrangeiras desempregadas inscritas no Centro de Emprego de Matosinhos, segundo o sexo | Outubro de 2017



Fonte: Centro de Emprego de Matosinhos.

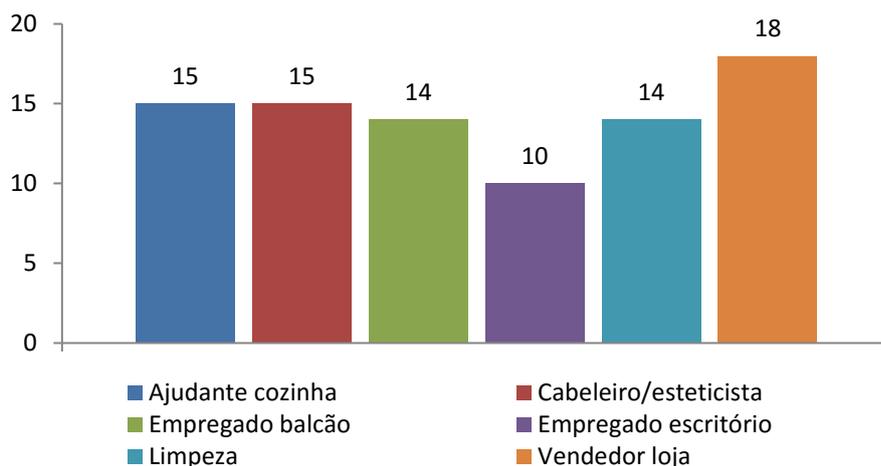
13,5% das pessoas estrangeiras inscritas no Centro de Emprego de Matosinhos tinham, no mínimo, uma licenciatura mas as profissões que estas pessoas desempenharam antes da atual inscrição nos serviços de emprego revelam, uma vez mais, a tendência para haver uma descoincidência entre qualificações e as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho a estas pessoas, tal como atesta um participante no *workshop*: “*Eu sou biólogo e recebi uma proposta para contabilidade*” (Imigrante, participante no *workshop* sobre Educação, Formação e Emprego).

Gráfico 14 -Pessoas estrangeiras desempregadas inscritas no Centro de Emprego de Matosinhos, segundo o nível de instrução | Outubro de 2017



Fonte: Centro de Emprego de Matosinhos.

Gráfico 15 - Pessoas estrangeiras desempregadas inscritas no Centro de Emprego de Matosinhos, segundo as profissões anteriormente exercidas mais frequentes | Outubro de 2017



Fonte: Centro de Emprego de Matosinhos.

Estar numa situação de desemprego e utilizar os respetivos serviços de apoio revela novos aspetos que se podem constituir como dificuldades de inserção na sociedade de acolhimento e levam a que as pessoas sintam que apenas podem contar consigo próprias e com os seus expedientes.

- Nem sempre as ofertas do Centro de Emprego chegam atempadamente – *“Estou inscrita no Centro de Emprego há nove anos, nunca recebi uma proposta de emprego”* (Imigrante, participante no workshop sobre Educação, Formação e Emprego).
- Inibição da inscrição quando não há ainda número de contribuinte e número de segurança social.
- Incoerência nas informações fornecidas por diferentes serviços de emprego (por exemplo, inibição de inscrição quando o processo de equivalência das habilitações ainda não está concluído; exigência de inscrição em ordens profissionais).
- Dificuldades em descodificar a informação fornecida devido a questões de natureza cultural e/ou pelo facto de muita da informação não estar em línguas estrangeiras.

Independentemente da sua condição atual face ao trabalho todas as pessoas envolvidas neste processo de diagnóstico referiram a importância do trabalho: *“eu preciso de trabalhar; preciso de trabalhar”* (Imigrante, participante no workshop sobre Educação, Formação e Emprego) repetia insistentemente um dos participantes pois *“sem trabalho não se consegue pagar casa, nem água, nem luz...”* (Imigrante, participante no workshop sobre Educação, Formação e Emprego).

Ainda que os dados do Centro de Emprego de Matosinhos revelem que, em outubro de 2017, estavam inscritas 200 pessoas estrangeiras, das quais 173 são nacionais de países terceiros, segundo o Instituto de Segurança Social IP, entre janeiro e outubro de 2017 recebiam subsídio de desemprego 103 pessoas (NPT): 74 subsídio de desemprego; 10 subsídio social de desemprego e 19 subsídio social de desemprego subsequente. 59% destas pessoas são do sexo feminino.

Desemprego e respetivas despesas sociais associadas são questões que surgem em certos discursos, tornando a imigração como um peso para os países de acolhimento. A este propósito convém ressaltar que a relação entre as contribuições pagas pelas pessoas estrangeiras e as contrapartidas por elas recebidas do sistema de Segurança Social português traduz um saldo financeiro positivo estimado, em 2015, em +355,2 milhões de euros e, em 2016, em +418,5 milhões de euros (Cfr. Oliveira e Gomes, 2017: 169).

2.3.3. Empreendedorismo

Apesar dos efeitos negativos da crise e suas repercussões aumentarem as dificuldades de inserção no mercado de trabalho entre imigrantes, os dados revelam, nos últimos anos, um

aumento do número de empregadores/as estrangeiros/as, em contraciclo com o observado para a população portuguesa e como mecanismo de reação à própria crise (cfr. Oliveira e Gomes, 2017: 123). A nível nacional, o número de pessoas empregadoras estrangeiras registadas nos Quadros de Pessoal tem vindo a aumentar (+2,3% em 2013, +1,5% em 2014 e +7,2% em 2015). Em contrapartida, a evolução de empregadores/as portugueses/as foi negativa entre 2012 e 2013 (-4,9% em 2012 e -1,3% em 2013) (Cfr. Oliveira e Gomes, 2017: 137). A nível nacional assumem particular importância empregadores/as de países da União Europeia (27,3%), do Brasil (20,6%) e da China (20,5%).

Conforme foi referido pelo Presidente da Liga dos Chineses, a criação do próprio negócio é uma perspetiva que fomenta a imigração de pessoas chinesas, o que se torna visível no comércio existente em Matosinhos, no entanto, não existe informação sistematizada sobre o tecido empresarial liderado por pessoas imigrantes ao nível concelhio. *O Relatório das políticas locais de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes no município de Matosinhos* (ACM, 2017) refere não existir política de atração específica para investimento estrangeiro.

Porém, o município tem em estudo a criação de uma agência municipal para a captação de investimento, sendo uma das suas componentes a atração de investimento estrangeiro.

No concelho existe uma incubadora de empresas, designada de Quadra, na qual as pessoas imigrantes também podem participar, havendo já 2 empresas resultantes desta incubadora, criadas por iniciativa de pessoas imigrantes.

2.4. Urbanismo e habitação

O acesso à habitação e as condições de alojamento são, sem dúvida, elementos importantes de concretização do projeto imigratório das pessoas imigrantes e essenciais para uma boa integração na sociedade de acolhimento.

“Diversos estudos têm vindo a caracterizar a relação entre imigrantes e habitação, concluindo que a situação de desvantagem das populações imigrantes no mercado da habitação é comum nos diversos países da União Europeia, sendo evidente a maior associação dos imigrantes a “alojamentos precários, sobrelotados, sem infraestruturas básicas e localizados em bairros degradados e estigmatizados”, sendo também o “acesso à propriedade da habitação muito mais difícil do que para a população nativa” (Fonseca et al., 2013: 124 citado em Oliveira e Gomes, 2017: 193).

Em Matosinhos não se revela a existência de zonas residenciais com particular predomínio de população estrangeira, pelo que as pessoas imigrantes parecem estar dispersas pela malha urbana.

As redes de suporte familiar surgem como fundamentais na resolução dos problemas de habitação. Ou seja, para quem veio orientado/a por familiares que já se encontravam em

Portugal, com frequência o acesso a um alojamento fica resolvido, pelo menos nos primeiros tempos, com a partilha de casa – “*Eu não tive problemas porque a minha sogra já cá estava e eu fui viver com ela*” (Imigrante, participante no workshop sobre Precariedade, Riscos e Respostas Sociais). Mas para quem não tem qualquer tipo de suporte, a busca de alojamento pode encontrar vários obstáculos.

- Elevados preços das habitações. Tendo em conta os preços praticados no mercado habitacional, as casas mais acessíveis serão as mais velhas e as com menos condições de habitabilidade (nos *workshops* foram referidas situações de pessoas a viverem em anexos). Ainda assim, o valor da renda destas habitações apresenta-se, com frequência, inflacionado face às condições oferecidas, aproveitando-se o mercado, com frequência, da situação irregular de algumas pessoas imigrantes com quem não será possível estabelecer um contrato de arrendamento.

- Atitudes discriminatórias por parte de senhorios/as dirigidas, sobretudo, à população brasileira (incluindo a estudantes) – “*Se o proponente for brasileiro, muitas vezes dizem que a habitação já não está disponível*” (Imigrante, participante no workshop sobre Precariedade, Riscos e Respostas Sociais).

Embora não exista no município nenhum serviço específico que encaminhe ou informe as pessoas imigrantes na vertente da habitação, a MatosinhosHabit é um serviço destinado à generalidade da população que encaminha e informa, também, cidadãos e cidadãs estrangeiras (vd. ACM, 2017, *Relatório das Políticas Locais de Acolhimento e Integração de Imigrantes e seus Descendentes no Município de Matosinhos - Resultados da aplicação do Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD)*: 26.

Segundos dados da MatosinhosHabit, entre 2014 e 2017, recorreram aos serviços daquela empresa municipal 119 pessoas estrangeiras, das quais 111 (93,2%) eram nacionais de países terceiros. Tal como se pode verificar no quadro seguinte, a maioria das pessoas que recorreu é do sexo feminino. Ainda de acordo com a informação fornecida pela MatosinhosHabit, mais de metade (53%) insere-se na faixa etária dos 35 aos 54 anos. Baixos rendimentos, desemprego ou emprego precário são os problemas que levam imigrantes a solicitar apoio no domínio da habitação.

Quadro 5 - Pessoas estrangeiras que recorreram aos serviços da MatosinhosHabit | 2014-2017

PAÍS	Masculino	Feminino	TOTAL
Nacionais da UE	3	5	8
Nacionais de países terceiros	29	82	111
AFRICA DO SUL	0	1	1
ANGOLA	1	4	5
ARGENTINA	0	1	1
BRASIL	16	50	66
CABO VERDE	3	6	9
GUINÉ BISSAU	1	9	10
KOWEIT	1	0	1
MOÇAMBIQUE	0	2	2
RÚSSIA	0	2	2
SÃO TOME E PRÍNCIPE	1	0	1
UCRÂNIA	6	7	13
Total Geral	32	87	119

Fonte: MatosinhosHabit.

Ainda assim, a presença de pessoas estrangeiras em habitação social no concelho é muito reduzida – quatro pessoas.

2.5. Saúde

Segundo os dados do último Inquérito Nacional de Saúde reportados e analisados neste estudo, 65% das pessoas imigrantes a residirem em Portugal reportam um bom estado de saúde – esta percentagem é de 43% no caso de cidadãs/ãos portuguesas/es (Dias, 2017 cit em Oliveira e Gomes, 2017: 263). *“Estes dados vão ao encontro de conclusões de outros estudos internacionais (OCDE, 2015), integrando-se este fenómeno num conceito a que se tem chamado de “efeito do migrante saudável” (OCDE, 2015: 191), ou seja, a decisão de migrar para outro país e procurar um novo emprego constitui um esforço ambicioso, pelo que normalmente são as pessoas mais saudáveis e mais empreendedoras que enveredam por um percurso migratório”* (Oliveira e Gomes, 2017: 263-264).

No entanto, estes dados não retiram pertinência ao facto de as populações imigrantes poderem ser consideradas como grupos de risco face à saúde. Por um lado, o facto de estas serem pessoas que se inserem, tendencialmente, em atividades manuais fisicamente mais exigentes, e também mais arriscadas e, por outro lado, a adoção de comportamentos menos informados e em conformidade com as regras de higiene e segurança no trabalho, tem tido consequências ao nível da sinistralidade laboral podendo conduzi-las a situações de saúde

gravosas (vd. Oliveira e Gomes, 2014). Acresce que, dificuldades financeiras, falta de informação sobre o funcionamento do sistema de saúde e práticas culturais que não identificam como necessidade uma medicina preventiva, podem condicionar o acesso das populações imigrantes aos serviços de saúde. Note-se aliás que, a partir dos dados do inquérito, pode ainda concluir-se que o estado de saúde dos/as imigrantes varia com o tempo de residência em Portugal, tendendo a piorar à medida que aumenta o tempo de residência no país (Oliveira e Gomes, 2017: 263).

De um total de 173 308 pessoas inscritas nos Centros de Saúde do concelho de Matosinhos 2 182 são pessoas de origem estrangeira (1,3%). Nenhuma outra informação é possível extrair do sistema informativo dos serviços de saúde o que impede uma caracterização do estado da saúde dos cidadãos e das cidadãs em função da sua nacionalidade.

No Diagnóstico de Saúde de Matosinhos 2016⁹ não é mencionada a existência de problemáticas associadas à população imigrante e nos *workshops* realizados no contexto deste trabalho também não foram referidos problemas específicos. No entanto, foram identificadas dificuldades no acesso aos próprios serviços/cuidados, motivadas por informações incorretas, tendo sido reportadas situações em que a inscrição foi impedida pelo facto de a pessoa ser estrangeira.

Note-se que em Portugal o direito à saúde está previsto na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 64.º, sendo que a lei fundamental portuguesa estabelece a universalidade deste direito, a qual é regulada no Despacho do Ministério da Saúde nº 25 360/2001. De acordo com o mesmo, todas as pessoas, independentemente da nacionalidade, têm acesso aos cuidados de saúde em caso de urgência, sendo que, para a inscrição no Centro de Saúde e para ter acesso a médico de família, é necessário estar-se inscrito/a na segurança social, mas a condição de não ter nacionalidade portuguesa não pode ser impedimento.

No Relatório das políticas locais de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes no município de Matosinhos (ACM, 2017), alguns aspetos positivos no domínio da saúde foram ressaltados:

- Existência de documentação sobre o acesso à saúde noutras línguas (inglês e russo).
- Existência de práticas diversificadas no atendimento às pessoas imigrantes sempre que apresentam dificuldades de comunicação: ajuda de familiares ou amigos/as que acompanhem os/as doentes, uso de outra língua, serviços de tradução telefónica ou online.
- Os serviços de saúde do município integram nas suas práticas os princípios da assistência religiosa, espiritual ou cultural, em função da diversidade presente no

⁹ http://www.ulsm.min-saude.pt/ResourcesUser/Documentos/ACES/saude_publica_saude_oral/Dx_Saude_2016_revisao_Janeiro_2018.pdf

território (por exemplo, mulheres muçulmanas que são atendidas por mulheres médicas).

- No município existem médicos/as de nacionalidade estrangeira, que contribuem para a um atendimento mais eficaz, nomeadamente no que respeita às dificuldades de cariz linguístico, bem como outras de cariz cultural.

No entanto, o Diagnóstico Social do concelho de Matosinhos, na sequência de um processo de auscultação de profissionais do concelho, refere a consciência, por parte de profissionais de saúde, de dificuldades de comunicação com certos grupos de população, nomeadamente imigrantes, quando estes não falam a língua portuguesa, algo que acontece com mais frequência com pessoas de origem chinesa e romena. Estas são dificuldades dos/as profissionais de saúde: *“Nós não estamos preparados para lidar com a diferença, por exemplo com a população cigana (participante no workshop da saúde).”* E ainda que *“atender devidamente o cidadão é um aspeto muito importante que pode prevenir muitos outros obstáculos. Nós temos que estar preparados para descodificar as mensagens (participante no workshop da saúde).”*

Acresce a esta reflexão, a perceção aferida junto do CNAI do Porto que, do conhecimento que tem dos/as imigrantes residentes em Matosinhos, a maior dificuldade prende-se com a área da Saúde e com a informação sobre as inscrições e pagamento das taxas moderadoras.

2.6. Serviços de acolhimento e integração

Está prevista, pelos serviços da Câmara Municipal de Matosinhos, a abertura de um Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), uma vez que não existe ainda no concelho nenhum serviço público especializado (não dependente de financiamentos pontuais) que promova o acolhimento de pessoas imigrantes e que facilite o seu processo de inserção.

Não existem, também, materiais informativos em línguas estrangeiras sobre domínios essenciais para quem necessita de começar a sua vida num outro país e numa cultura desconhecida.

No entanto, as pessoas imigrantes residentes no concelho de Matosinhos não só têm acesso à rede de serviços existentes que cobrem áreas fundamentais (apoio social, educação, habitação, saúde e emprego) como podem beneficiar do apoio de outras organizações sediadas no Porto e de associações de imigrantes com sede noutros concelhos.

Caso disso é a Associação Mais Brasil que, para além de dispor de mediadores/as a trabalhar no Centro Nacional de Apoio a Migrantes, no Porto, faz também atendimento geral e presta apoio jurídico e aconselhamento psicossocial.

Outra associação de imigrantes que abrange pessoas residentes em Matosinhos é a associação Amizade - Associação Imigrantes de Leste, com sede em Rio Tinto. Esta associação orienta-se para três áreas chave: educação, cultura e apoio social às famílias mais carenciadas.

A Liga dos Chineses em Portugal, a par do desenvolvimento de ações de âmbito comercial e cultural, presta também apoio de carácter social a imigrantes chineses.

Ainda no Porto, o Centro Comunitário São Cirilo é outra importante organização que presta apoio a pessoas imigrantes, abrangendo igualmente pessoas com residência no concelho de Matosinhos. Para além do serviço de atendimento com o Gabinete Social; Apoio Psicológico; Apoio Jurídico e Apoio ao Emprego, o Centro disponibiliza alojamento temporário, presta serviço de refeições e de proximidade (balneário, banco de roupa, lavandaria e gabinete médico). Entre 2014 e 2017 o Centro São Cirilo atendeu/acolheu 140 imigrantes residentes em Matosinhos.¹⁰

Quadro 6 - Pessoas imigrantes residentes em Matosinhos e utentes do Centro São Cirilo, segundo o país de origem | 2014-2017

Países de origem	N.º de utentes
África do Sul	2
Angola	5
Brasil	62
Cabo Verde	6
Cazaquistão	1
China	2
Costa Rica	1
Cuba	3
Egito	1
Guiné-Bissau	3
Marrocos	1
Moçambique	3
Nepal	3
Nigéria	1
Peru	1
Rússia	6
S. Tomé e Príncipe	1
Senegal	1
Turquia	1
Ucrânia	20
Venezuela	9
Desconhecido	7
Total	140

Fonte: Centro São Cirilo.

¹⁰ Destes, 19 têm já dupla nacionalidade.

Essencial à integração de imigrantes é, como foi anteriormente referido, a sua regularização. Sem a situação devidamente regularizada as pessoas imigrantes veem-se numa situação de quase clandestinidade, ficam mais expostas a situações de exploração laboral e enfrentam mais obstáculos na proteção à saúde e na inserção pelo trabalho. Sem a documentação devida, as pessoas imigrantes não podem inscrever-se nos Centros de Saúde, nem nos Centros de Emprego, por exemplo.

Nas palavras de uma pessoa imigrante: *“Se não tiveres os papéis podes ficar apanhado na rua. E isso faz muito medo”* (Imigrante, participante no workshop sobre Precariedade, Riscos e Respostas Sociais). A este nível o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) desempenha um papel determinante, sendo que uma das questões mais apontadas pelas pessoas participantes nos *workshops* foi a morosidade do processo de regularização e os tempos de espera para atendimento no SEF. Atualmente, uma pessoa que marque atendimento para o SEF, no CNAIM do Porto, tem uma espera média de 8 meses, o que é incompatível com a necessidade urgente que estas pessoas têm de verem as suas situações regularizadas e puderem, a partir daí, desenvolver as suas próprias estratégias de integração.

Por outro lado, há situações que caem em incumprimento devido a desinformação. De acordo com um dos profissionais do CNAIM do Porto, que participou no *workshop* sobre Precariedade, Riscos e Respostas Sociais, é frequente que jovens que entram com visto de estudante desconheçam a necessidade de proceder à sua renovação – sendo necessário, para isso, continuar a estudar, ter sucesso académico e comprovar que se tem condições económicas para continuar no país – levando à caducidade do visto. *“Há muitos estudantes [estrangeiros] que estão em situação precária por causa disso, havendo quem chegue a recorrer à substituição”* (Profissional, participante no workshop sobre Precariedade, Riscos e Respostas Sociais).

Para os/as estudantes estrangeiros/as, comprovar a morada de residência também pode ser muito complicado, pois nos quartos alugados não há recibo, não há faturas em nome próprio, o que inviabiliza a obtenção do atestado de residência. Entretanto, *“quando se termina o curso e se quer trabalhar volta tudo ao início pois a lei da imigração não é clara como se faz esta transição de visto de estudante para visto de trabalho”* (Profissional, participante no workshop sobre Precariedade, Riscos e Respostas Sociais).

Ainda em relação aos processos de regularização, muitas dificuldades se apresentam nos períodos de renovação dos vistos. Em serviços como o IEFP e a Segurança Social não são “reconhecidos” os períodos em que foi pedido uma renovação da documentação e tal pedido está em análise, o que faz como que as pessoas imigrantes “percam” os seus direitos (por exemplo, de utilização do Centro de Saúde, de inscrição no Centro de Emprego...).

Para além destes problemas que decorrem de questões não previstas na legislação e de desinformação por parte dos/as próprios/as imigrantes, as pessoas auscultadas neste processo de diagnóstico mencionam, ainda, no domínio do funcionamento dos serviços de acolhimento

e integração, incoerência na informação prestada por diferentes pessoas no mesmo serviço e por diferentes serviços: *“Vai-se a um sítio, dizem de uma maneira, no outro dizem de outra”* (Imigrante, participante no workshop sobre Precariedade, Riscos e Respostas Sociais), sugerindo-se uma assessoria jurídica especializada nas necessidades das pessoas imigrantes.

Em alguns casos aquele modo de ser dos serviços faz com que as pessoas se sintam maltratadas: *“é fácil ficar-se sem direção (...).Senti-me maltratada por ser estrangeira. Paguei coisas de que estava isenta e tive que fazer diversas deslocações sem necessidade. Foram 9 meses de muita tortura”* (Imigrante, participante no workshop sobre Precariedade, Riscos e Respostas Sociais).

2.7. Solidariedade e respostas sociais

Apesar da condição de imigrante implicar, com frequência, o estar longe das suas famílias, estas continuam a ter um importante papel de suporte nalgumas comunidades. A família orienta percursos e constitui-se um dos principais motivos na escolha do país de destino. A família providencia alojamento e, no caso particular, da comunidade chinesa, a família constitui-se como a grande entidade empregadora.

Matosinhos não é um concelho com uma grande concentração de população imigrante e as pessoas estrangeiras que residem no concelho encontram-se maioritariamente em idade ativa e apresentam níveis de escolaridade superiores aos da população portuguesa residente, algo que pode explicar o facto de estas pessoas não exercerem grande pressão sobre os serviços e de passarem, por assim dizer, invisíveis aos olhos dos mesmos. No contexto da Rede Social de Matosinhos, e aquando da elaboração de anteriores Diagnósticos Sociais, que fundamentaram diversos Planos de Desenvolvimento Social, as pessoas imigrantes nunca se constituíram como grupos alvos específicos de medidas específicas pois “não constituem problema”.

Ainda assim sabe-se, hoje, que estas pessoas recorrem a serviços públicos e às associações sediadas noutros concelhos.

Tomando como referência a União de Freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo, entre 2014 e 2017, recorreram aos serviços de atendimento integrado 253 pessoas oriundas de países de terceiros. As pessoas de origem brasileira, também aqui, constituem-se como a maior parte (110), seguindo-se as pessoas nacionais da Ucrânia (32), Angola (19), China (18) e Moçambique (10). As restantes origens apresentam uma grande diversidade. A este número de utentes corresponderam 347 atendimentos.

As razões que levaram as pessoas a recorrer foram, sobretudo, a requisição de atestados de residência, atestados de insuficiência económica e/ou de composição do agregado familiar para serem apresentados em serviços de natureza variada.

Quadro 7 - Pessoas beneficiárias (com processamento) de RSI residentes no concelho de Matosinhos, por nacionalidade e sexo | 2014-2017

Ano	Região Mundo Nacionalidade	Redimento Social de Inserção		
		MAS	FEM	Total
2014	Portugal	5.997	2.189	8.186
	Países da UE (excepto Portugal)	*	*	8
	Não União Europeia	31	15	46
2015	Portugal	5.407	2.120	7.527
	Países da UE (excepto Portugal)	11	3	14
	Não União Europeia	42	15	57
2016	Portugal	5.187	2.112	7.299
	Países da UE (excepto Portugal)	8	3	11
	Não União Europeia	60	25	85
2017 (jan-out)	Portugal	4.977	2.068	7.045
	Países da UE (excepto Portugal)	*	*	7
	Não União Europeia	77	33	110

Fonte: Sistema de Estatística da Segurança Social.

Entre 2014 e 2017 os dados revelam um aumento de pessoas estrangeiras, nacionais de países terceiros, entre beneficiários/as de RSI com residência no concelho de Matosinhos (46 em 2014; 110 em 2017). Ainda assim, no último ano considerado, as pessoas imigrantes, nacionais de países terceiros, representavam 1,5% do total de beneficiários de RSI do concelho.

Ao contrário, a evolução do número de pessoas estrangeiras envolvidas em processos de emergência social com resposta em Matosinhos, tem vindo a diminuir.

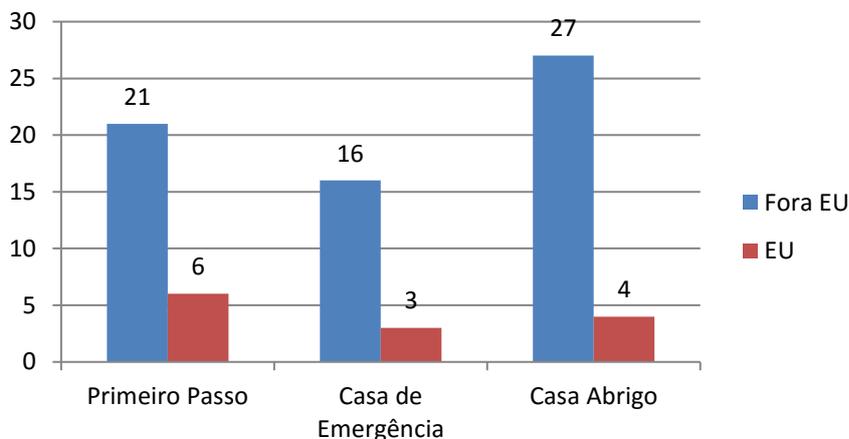
Quadro 8 - Pessoas estrangeiras envolvidas em processos de emergência social com resposta em Matosinhos | 2014-2017

Ano	Nº de pessoas
2014	46
2015	37
2016	23
2017	15

Fonte: Sistema de Estatística da Segurança Social.

No âmbito dos processos de emergência social, as situações de violência doméstica terão certamente relevância. De acordo com dados fornecidos pela Cruz Vermelha – Delegação de Matosinhos, entre 2014 e 2017, foram apoiadas 77 mulheres imigrantes das quais mais de 80% são nacionais de países terceiros.

Gráfico 16 - Mulheres Vítimas de Violência Domestica Imigrantes que a Delegação de Matosinhos da Cruz Vermelha Portuguesa apoia ou apoiou nas suas respostas |2014-2017



Fonte: Cruz Vermelha – Delegação de Matosinhos.

Na discussão realizada nos *workshops* a violência doméstica surge com maior visibilidade entre a comunidade brasileira e africana. Segundo as profissionais, estas mulheres, sobretudo quando casadas com homens portugueses, são com frequência sujeitas a revitimização, pois filhos e/ou filhas são usadas como ameaça e o regresso aos países de origem torna-se muito difícil, pois os pais acabam por não dar consentimento para a saída dos/as filhos/as. O que significará, pois, que, mais do que outras, estas mulheres se sujeitarão aos maus tratos, estando limitadas na capacidade de sair das situações. Por outro lado, alguns traços de culturas africanas acabam por legitimar a violência contra as mulheres, e mesmo depois de acompanhadas pelos serviços algumas acabam por regressar a casa e ao companheiro - “*Temos medo de tudo!*” (Imigrante, participante no workshop sobre Precariedade, Riscos e Respostas Sociais).

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do concelho refere a existência de 20 processos de crianças que integram agregados familiares de origem estrangeira (20 entre 2014 e 2017) sendo as situações mais frequentemente sinalizadas as de crianças brasileiras (o que segue a tendência do maior número de pessoas brasileiras a residir no concelho). Com estas famílias a comunicação é fácil devido à língua ser comum, mas quando são casos de crianças de outras nacionalidades é mais difícil, não só por causa da língua, mas também por questões culturais. Em algumas comunidades, o uso da violência é considerado como “normal” e como uma estratégia educativa aceite e encorajada. Casos já surgiram de menores não acompanhadas que são sinalizadas pela escola, ou pelos serviços de saúde, procurando-se aqui verificar-se se houve tráfico de seres humanos, ou não. Em situações destas, mesmo quando as crianças são institucionalizadas, como já aconteceu, é difícil estabelecer com elas um plano de intervenção e por vezes as crianças fogem sem que se consiga segui-las.

2.8. Racismo e discriminação

O Código Penal Português considera como crime a discriminação racial (bem como a religiosa e sexual). Nos termos da lei consideram-se como práticas discriminatórias as ações (ou omissões) que, por razões de nacionalidade, cor de pele ou origem étnica violem o princípio da igualdade. Com base nesses motivos, a lei enumera como atos discriminatórios os seguintes:

- Recusa de fornecimento ou impedimento de fruição de bens ou serviços;
- Impedimento ou limitação ao acesso e exercício normal de uma atividade económica;
- Recusa ou condicionamento de venda, arrendamento ou subarrendamento de imóveis;
- Recusa de acesso a locais públicos ou abertos ao público;
- Recusa ou limitação de acesso aos cuidados de saúde prestados em estabelecimentos de saúde públicos ou privados;
- Recusa ou limitação de acesso a estabelecimento de educação ou ensino público ou privado;
- Constituição de turmas ou a adoção de outras medidas de organização interna nos estabelecimentos de educação ou ensino, públicos ou privados, segundo critérios de discriminação racial, salvo se tais critérios forem justificados pelos objetivos referidos no n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 134/99, de 28 de Agosto;
- Adoção de prática, ou medida, por parte de qualquer órgão, funcionário ou agente da administração direta ou indireta do Estado, das Regiões Autónomas ou das autarquias locais, que condicione ou limite o exercício de qualquer direito;
- Adoção de práticas em que, publicamente ou com intenção de ampla divulgação, pessoa singular ou coletiva, emita uma declaração ou transmita uma informação em virtude da qual um grupo de pessoas seja ameaçado, insultado ou aviltado por motivos de discriminação racial.

No âmbito dos grupos de discussão realizados foram referidas, por pessoas imigrantes, situações de discriminação que as atingem: no acesso ao mercado de trabalho, aquando do arrendamento de habitações, na escola, sobretudo entre pares, no relacionamento com serviços. Nos *workshops* foi também mencionada a “má fama” que, em geral, se gerou em torno das mulheres brasileiras, o que poderá dificultar a sua inserção na própria sociedade portuguesa. No entanto, nenhuma queixa foi registada na Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR).

No estudo do Observatório das Migrações refere-se que, em 2016 foram recebidas pela CICDR 119 queixas de discriminação de base racial e étnica, em todo o país. Estes números correspondem a um aumento de +42% face ao ano de 2015, quando se contabilizaram 84 queixas. Aquelas 119 alegadas situações discriminatórias distribuem-se por várias áreas, sendo

as queixas por discriminação nos media (cerca de 35%) as mais frequentes. Seguem-se as participações por discriminação na área laboral (16%). Nas posições imediatamente a seguir, encontram-se as situações de discriminação pelas forças de segurança (9%), em estabelecimentos comerciais (7%) e as queixas de discriminação na internet (6%) (Oliveira e Gomes, 2017: 250).

2.9. Cidadania e Participação

Numa sociedade democrática o reforço dos laços de pertença e a criação de dinâmicas de cidadania deve ser um objetivo em si mesmo. Assim, o acesso à nacionalidade e o fomento da participação cívica e política “são dimensões importantes para captar os processos de integração de imigrantes” em diferentes dimensões (Oliveira e Gomes, 2014).

Embora não existam dados oficiais sobre a aquisição de nacionalidade portuguesa, por parte de pessoas estrangeiras a residir no concelho de Matosinhos, nos *Workshops* realizados a requisição de nacionalidade surge como um projeto para boa parte dos/as participantes residentes no concelho há mais anos.

A aquisição da nacionalidade portuguesa não é, porém, condição indispensável à participação política. Ainda com algumas limitações a Constituição da República Portuguesa reconhece às pessoas estrangeiras e apátridas, que residem em Portugal, os mesmos direitos e deveres das cidadãs e dos cidadãos portugueses. As únicas limitações ao nível dos direitos estão definidas no ponto 2 do artigo 1, o qual limita os direitos políticos no caso das pessoas estrangeiras a três situações: (1) aos cidadãos e cidadãs dos Estados de língua portuguesa com residência permanente em Portugal e em condições de reciprocidade são conferidos direitos políticos não concedidos a estrangeiros/as (salvo acesso aos cargos de Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Presidentes dos tribunais supremos e serviço nas Forças Armadas e na carreira diplomática); (2) às pessoas estrangeiras residentes no território nacional, em condições de reciprocidade, a capacidade eleitoral ativa e passiva para as autarquias locais; (3) aos cidadãos e cidadãs dos Estados-membros da União Europeia residentes em Portugal, em condições de reciprocidade, têm ainda o direito de elegerem e serem eleitos/as deputados/as do Parlamento.

A nível nacional observa-se que são as pessoas nacionais de países da União Europeia aquelas cujo número de inscrições no recenseamento eleitoral apresenta uma tendência para aumentar: eram 11 504, em 2012, passando para 12 992, em 2016 (Oliveira e Gomes, 2017). No universo de nacionais da EU destacam-se as pessoas de nacionalidade inglesa e espanhola. Em contrapartida, o número de pessoas, nacionais de países terceiros à União Europeia, inscritas no recenseamento eleitoral apresenta uma evolução decrescente: eram 15 194, em 2012, passando 13 998 em 2016. Neste universo são as pessoas cabo-verdianas e as brasileiras as mais representadas.

Os números anteriormente apresentados revelam que a ordenação de nacionalidades entre as pessoas inscritas no recenseamento eleitoral não reflete a importância relativa das pessoas estrangeiras residentes em Portugal, em função da nacionalidade, nem retrata a ordenação das nacionalidades estrangeiras que têm mais direitos políticos no país.

O inquérito europeu Immigrant Citizens Survey (Hudleston e Tjaden, 2012) perguntou diretamente a pessoas imigrantes residentes em várias cidades europeias de sete países europeus, entre as quais Portugal, acerca das suas motivações para votarem nas sociedades de acolhimento, independentemente de terem ou não esses direitos políticos para o efetivarem. As respostas dos inquéritos aplicados em Portugal a pessoas imigrantes extracomunitárias revelam que apenas 70% apresentavam interesse em votar.

Ainda que apenas uma União de Freguesias tenha fornecido informação a este propósito, pode dizer-se que, no concelho de Matosinhos tem sido fraca a participação política das pessoas imigrante. Considerando o indicador “número de pessoas estrangeiras eleitoras nas duas últimas eleições autárquicas” registou-se, na União de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo, o número de 8 eleitores/as em 2013 e 6, em 2017. No entanto, no município foram promovidas iniciativas de informação/sensibilização sobre a importância do recenseamento eleitoral dos imigrantes, nomeadamente materiais informativos.

Acresce que as informações recolhidas não indicam a existência de pessoas imigrantes a participarem nas delegações locais dos diversos partidos políticos.

Uma dimensão importante de integração das pessoas imigrantes na sociedade de acolhimento é, sem dúvida, a sua participação em movimentos associativos. As associações podem constituir-se como espaços de socialização e de aquisição de competências promovendo solidariedades e laços culturais e sociais e apoiando os imigrantes, homens e mulheres, nas diversidades que podem decorrer das próprias experiências migratórias.

O concelho de Matosinhos revela uma forte dinâmica associativa, sobretudo em torno das atividades desportivas. Os registos da autarquia apontam para a existência de cerca de mais de 50 organizações da sociedade civil que, ainda que com formas organizativas distintas, promovem atividades de âmbito cultural e desportivo (e algumas também sociais). No contexto destas organizações, a participação de pessoas imigrantes faz-se, sobretudo, por parte dos/as mais jovens (alguns/algumas estudantes do concelho) que encontram nas associações desportivas, não apenas um recurso para a prática do desporto, mas também um meio de convívio e interação com a sociedade de acolhimento.

Como já se referiu anteriormente, não existem associações de pessoas imigrantes sediadas no concelho, mas há associações de imigrantes que começam a ter intervenção no concelho, como seja a Associação Mais Brasil e a Amizade-Associação Imigrantes de Leste.

2.10. Cultura

A diversidade cultural que advém da presença de diferentes nacionalidades e origens, no concelho de Matosinhos, é considerada pelos atores sociais, em geral, como uma riqueza e um fator que contribui para o aprofundamento de uma cultura de diálogo e de estabelecimento de compromissos.

Há a consciência de que os processos imigratórios transformam as sociedades de acolhimento, frequentemente, pela apropriação de hábitos culturais das comunidades imigrantes. A gastronomia, sendo uma manifestação cultural, é disso um exemplo. A presença de restaurantes, nomeadamente chineses e alguns de influência indiana, bem como as inúmeras lojas de produtos diversos geridas por imigrantes de origem chinesa, revelam como uma sociedade que, ainda que tendo tradições fortes a este nível, é permeável a novos sabores e aromas.

Por outro lado, novos ritmos musicais e novos movimentos de dança, trazidos sobretudo por gentes africanas e brasileiras, cativam cada vez mais públicos, muito particularmente entre os mais jovens, e estão presentes nos bares e discotecas do concelho. Expressões artísticas como a música e a dança foram consideradas por alguns parceiros locais como os grandes fatores de aproximação de jovens de diferentes origens culturais e elementos importantíssimos para a valorização das diferenças.

Apesar disso, não foram identificadas estratégias que, de modo intencional e consistente, valorizem e deem visibilidade à diversidade cultural presente no concelho.

2.11. Media e sensibilização da opinião pública

Não existem, no Concelho, órgãos de comunicação social da iniciativa de imigrantes ou dirigidos a pessoas imigrantes. Também na autarquia não existe uma estratégia de comunicação para os assuntos da diversidade cultural e da imigração nos meios de comunicação social.

2.12. Relações internacionais

Tal como se salienta no Relatório das políticas locais de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes no município de Matosinhos, o município tem uma política de cooperação internacional, nomeadamente baseada em acordos ou gemações de cidades que contemplam nos seus objetivos questões relacionadas com as migrações ou com a integração de imigrantes. No entanto, “não existe uma política de atração de imigrantes e seus diferentes perfis (e.g. trabalhadores sazonais, reformados, estudantes, empresários, profissionais de saúde, investigadores ou outros profissionais altamente qualificados). Contudo, pode dizer-se

que o município não dispõe de uma política que promova as relações com os países de origem das comunidades imigrantes, residentes no concelho nem possui uma política estratégica de atração de imigrantes” (ACM, 2017).

2.13. Religião

De acordo com os Censos 2011, o município de Matosinhos contabilizava 119 429 cidadãos/ãs da religião Católica (68,1% da população residente) seguida das outras religiões cristãs (que registavam 2,2%).

A convivência entre as diferentes confissões tem sido pacífica e não são fonte nem de conflito entre pessoas estrangeiras e nacionais, nem fator de desinserção social. Pelo contrário, as igrejas são pontos de encontro e de convívio entre diferentes nacionalidades e origens.

As pessoas imigrantes praticantes de religiões não cristãs não manifestaram dificuldades inerentes à prática dos respetivos cultos.

3. Plano Municipal para a Integração de Migrantes

3.1. Dimensão estratégica

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes ambiciona ser um documento estratégico no concelho de Matosinhos assumindo-se, nesse sentido, e simultaneamente, como um instrumento de melhoria das condições de vida no concelho e de promoção da sua coesão social.

Em coerência com o Plano de Desenvolvimento Social do qual será peça integrante, o Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Matosinhos define as seguintes estratégias transversais:

Consagração de direitos

Orientar a intervenção por uma lógica de garantia de direitos constitucionalmente consignados, contribuir para fundamentar uma intervenção de aprofundamento da cidadania, respeitosa da dignidade das pessoas, mas fomentadora das responsabilidades individuais e institucionais.

Responsabilização e mobilização de todos os atores

Este é um princípio que decorre da própria filosofia da Rede Social e que se apoia na constituição de uma parceria forte, responsável e dinamizadora dos diferentes recursos locais. Insere-se, também aqui, o princípio da subsidiariedade através do qual todos os recursos locais devem ser mobilizados para a resolução de problemas, antes de se passar para outro nível de resposta. A este nível importa não ignorar o papel importante que as associações de imigrantes podem representar.

Integração de respostas

Considerar os problemas das pessoas e das comunidades nas suas diferentes causas e manifestações é uma preocupação subjacente à criação de respostas integradas. A integração de respostas é o culminar de todo um processo de coordenação entre entidades e de diferentes departamentos e divisões no seio de uma mesma organização. Orientar a ação para uma maior integração significa: Identificar e eliminar redundâncias, isto é identificar ações semelhantes a serem desenvolvidas por várias equipas desnecessariamente e/ou sem interligação entre si; Identificar lacunas da intervenção; Pôr fim a eventuais incoerências e objetivos conflituantes da intervenção.

Ação positiva

Desenvolver uma ação positiva significa criar, junto dos grupos mais fragilizados da população, as condições para que sejam eliminados os fatores que conduziram a uma situação de desigualdade. Assim, e tendo em conta os dados recolhidos no âmbito do diagnóstico serão alvo de priorização no desenvolvimento das ações, em função da natureza dessas mesmas ações:

- *Pessoas vítimas de maus tratos, em particular crianças e mulheres;*
- *Pessoas com baixos níveis de instrução;*
- *Pessoas que não dominam a língua portuguesa;*
- *Pessoas imigrantes sem retaguarda familiar.*

Igualdade de género

A igualdade de género deve ser um princípio transversal a todas as ações, o que significa que estas devem identificar as restrições que homens e mulheres têm à participação e procurar condições para que as mesmas sejam anuladas.

Territorialização

Este é um princípio para o qual as Comissões Sociais de Uniões de Freguesia são garante e que permite uma grande proximidade com a população local, seus problemas e necessidades.

Prevenção

Para além de uma intervenção no problema e sobre o mesmo, o Plano de Integração de Migrantes deve acionar estratégias de atuação preventivas.

Participação

As pessoas imigrantes, em particular as nacionais de países terceiros, serão entendidas como elementos da parceria para a implementação das medidas previstas no Plano. Será da responsabilidade da Plataforma de Acompanhamento promover a participação das comunidades imigrantes no próprio processo de acompanhamento do Plano.

Articulação com outros instrumentos de planeamento

O Plano de Integração de Migrantes de Matosinhos considera a existência de outros planos locais e com eles estabelece relações. Por outro lado, o PMIM de Matosinhos garante coerência e articulação com documentos estratégicos de âmbito nacional.

Como áreas prioritárias de intervenção identifica-se:

- Mercado de trabalho e empreendedorismo
- Capacitação e formação
- Educação e língua
- Serviços de acolhimento e integração
- Saúde
- Solidariedade e respostas sociais
- Cidadania e participação
- Media e sensibilização da opinião pública
- Racismo e discriminação

Estas áreas foram priorizadas, tal como foi anteriormente referido, como sendo, por um lado, as mais determinantes para a criação de um clima social favorável à integração da população migrante e, por outro, aquelas onde se encontram os maiores obstáculos a essa mesma integração. Acresce que nas áreas referidas se podem encontrar e mobilizar recursos locais para uma intervenção coerente.

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
Mercado de trabalho e empreendedorismo	Existência de serviços pouco informados sobre a diversidade cultural e sobre os movimentos migratórios atuais	Melhorar a qualidade do atendimento dos serviços de emprego no que diz respeito à população migrante	Nível de satisfação de profissionais face ao trabalho realizado Nível de satisfação do público NPT	Utilização de recursos formativos disponíveis noutras entidades
	Existência de desemprego entre a população imigrante	Aumentar a taxa de empregabilidade de cidadãos e cidadãs NPT	Número e percentagem de NPT inscrito/as no Centro de Emprego (H e M) Número de NPT integrado/as no mercado de trabalho	Aposta na formação de competências para a empregabilidade de pessoas NPT Utilização de recursos do marketing para divulgar competências de NPT

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
Mercado de trabalho e empreendedorismo (continuação)	Dificuldades de acesso, por parte das pessoas imigrantes à criação do seu próprio emprego	Aumentar a capacidade de criação do próprio emprego por parte de migrantes	Número de novas iniciativas criadas por pessoas NPT	Aposta na descoberta de jovens NPT mais qualificados
	Forte perceção da existência de atitudes discriminatórias por parte de entidades empregadoras para com a população imigrante	Promover os direitos de trabalhadores/as imigrantes	Número de sessões de informação sobre os direitos de trabalhadores/as imigrantes dirigidos a entidades empregadoras Número de entidades empregadoras envolvidas	Estabelecimento de parceiras com associações empresariais e de imigrantes
	Ausência de política municipal para atração de investimento estrangeiro ou de emigrantes que retornaram ao país	Dinamizar políticas de captação de investimento	Número de novos negócios criados por pessoas estrangeiras Número de novos negócios criados por emigrantes Número de postos de trabalho gerados	Estabelecimento de parceiras com associações empresariais e de imigrantes

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
Capacitação e formação	Forte concentração da população imigrante em alguns setores da atividade económica	Promover o acesso à formação qualificante de trabalhadores/as imigrantes	Número de pessoas NPT qualificadas através de cursos de formação em áreas chave	Aposta na qualificação de profissionais da hotelaria e restauração e serviços pessoais

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
Educação e língua	Limitações no domínio da língua portuguesa	Aumentar o número de NPT com facilidade de expressão na língua portuguesa	Número de NPT para quem a língua deixou de constituir obstáculo	Aposta na criação de espaços informais para a aprendizagem da língua
	Ausência da interculturalidade nos projetos educativos	Introduzir a dimensão da interculturalidade nos projetos educativos das escolas e equipamentos de apoio à infância	Número de escolas e equipamentos que introduziram a dimensão da interculturalidade nos seus projetos educativos	Recurso ao “Selo de Escola Intercultural” Estabelecimento de parcerias com associações de imigrantes

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
Serviços de acolhimento e participação	Inexistência de serviço dirigido a pessoas migrantes	Criar uma resposta direcionada e especializada para a população migrante do Concelho de Matosinhos	Existência do serviço	Capacitação de profissionais Estabelecimento de parceria com o CNAIM do Porto

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
Cultura	A política cultural no município não contempla uma dimensão de interculturalidade	Criar uma política de promoção da interculturalidade nos espaços públicos e na programação cultural	Existência de atividades e iniciativas culturais que promovam a interculturalidade e a diversidade cultural	Estabelecimento de parcerias com associações de imigrantes Aposta em iniciativas interculturais (“cruzamento de mundos”), designadamente ao nível da infância e juventude

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
Saúde	Serviços pouco capacitados para um atendimento a públicos diversificados do ponto de vista cultural	Capacitar os/as profissionais dos cuidados de saúde para um atendimento especializado a NPT	Percentagem de profissionais dos cuidados primários de saúde com conhecimentos consolidados sobre as realidades socioculturais dos NPT seus clientes (eg. língua, cultura, tradições e valores)	Aposta em iniciativas de formação de capacitação de profissionais dos cuidados de saúde em matérias associadas à multiculturalidade

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
Solidariedade e repostas sociais	Serviços pouco capacitados para um atendimento a públicos diversificados do ponto de vista cultural	Capacitar os/as profissionais das entidades de solidariedade social para um atendimento especializado a NPT	Percentagem de profissionais de entidades de solidariedade social com conhecimentos consolidados sobre as realidades socioculturais dos NPT seus clientes (eg. língua, cultura, tradições e valores)	Aposta em iniciativas de formação (formal e/ou informal) de capacitação dos profissionais das entidades de solidariedade social em matérias associadas à multiculturalidade

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
Cidadania e participação	Fraca presença do tecido associativo imigrante no concelho	Apoiar o tecido associativo de imigrantes NPT para o desenvolvimento de intervenção social no concelho	Número de associações de NPT a desenvolver ações no concelho	Aposta em iniciativas que se destinem a públicos mais excluídos
	Existência de culturas marcadas pelos papéis sociais de género	Promover o debate público sobre as questões da igualdade de género, da participação de mulheres na esfera pública e de homens na esfera privada	Número de mulheres NPT que integram órgãos de associações locais	Rentabilização da intervenção desenvolvida por projetos locais Desenvolvimento de iniciativas que se dirijam à população em geral
	Pouca informação disponível sobre direitos e deveres	Facilitar o acesso à informação sobre direitos e deveres de cidadania	Número de pessoas NPT envolvidas nas ações de informação e com acesso a materiais informativos traduzidos	Aposta na formação informativa de pessoas NPT e na divulgação de materiais traduzidos

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
Media e sensibilização da opinião pública	Fraca visibilidade da importância dos imigrantes para a sociedade local e fraca divulgação das associações	Criar oportunidades específicas para divulgação das iniciativas das comunidades de NPT	Número de iniciativas das comunidades NPT divulgadas	<p>Aposta em parcerias com os media locais/regionais</p> <p>Aposta na Rede Social e seus parceiros como meios de divulgação das iniciativas</p> <p>Aposta no <i>site</i> da autarquia como recurso para a divulgação</p>

Áreas	Problemas	Objetivos estratégicos/gerais	Indicadores	Estratégias
Racismo de discriminação	Ausência de uma prática constante de aprofundamento dos valores da diversidade e interculturalidade	Desenvolver um clima favorável á integração da diversidade e valorização das diferenças	Número de atividades dinamizadas numa lógica de interculturalidade	Aposta nas entidades e serviços que se dirigem a crianças e jovens

3.1. DIMENSÃO OPERACIONAL

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Mercado de trabalho e empreendedorismo	Melhorar a qualidade do atendimento dos serviços de emprego no que diz respeito à população migrante	Capacitar profissionais dos serviços de emprego para o apoio específico a pessoas migrantes (Loja de Emprego, Gabinete do Investidor, Centro de Emprego e GIP's)	1. Ações de formação para profissionais dos serviços de emprego sobre migrações e interculturalidade	2	2 ações de formação com o envolvimento de 40 profissionais (10 homens e 30 mulheres)	Número de ações realizadas Número de profissionais envolvido/as	Câmara Municipal de Matosinhos ADEIMA Associações de imigrantes
	Aumentar a taxa de empregabilidade de cidadãos e cidadãs estrangeiras	Aumentar as competências pessoais e sociais facilitadoras da empregabilidade das/os cidadãs/os estrangeiras/os NPT	2. Ações de formações para pessoas NPT sobre competências de empregabilidade	2	Integração em ações de formação de 200 NPT (80 homens e 120 mulheres)	Número de NPT envolvidos nas ações de formação Número de NPT que terminaram as ações de formação	Câmara Municipal de Matosinhos ADEIMA Associações de imigrantes Centro de Emprego / GIP's

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis	
Mercado de trabalho e empreendedorismo (continuação)	Aumentar a capacidade de criação do próprio emprego por parte de migrantes	Aumentar os conhecimentos sobre Plano de negócios e competências de empreendedorismo de pessoas NPT	3. Ações de formação sobre empreendedorismo	2	10 potenciais empresários/as NPT aumentam as suas competências de gestão	Número de NPT envolvidos/as	Câmara Municipal de Matosinhos ADEIMA Associações de imigrantes	
			4. Divulgação de iniciativas de auto-emprego de pessoas NPT	1	Acompanhamento dos negócios criados por pessoas NPT	Número de iniciativas acompanhadas		
	Promover os direitos de trabalhadores/as imigrantes	Aumentar o conhecimento por parte de empregadores/as sobre os direitos de pessoas imigrantes e seus deveres	5. Criação e distribuição de Manual nas áreas de saúde, segurança no trabalho e deveres de trabalhadores/as imigrantes	6. Ações de informação para empregadores/as, nas áreas de saúde, segurança no trabalho e deveres de trabalhadores/as imigrantes	2	Distribuição do Manual às entidades empregadoras do concelho com trabalhadores/as NPT's	Criação do Manual Número de Manuais distribuídos	Câmara Municipal de Matosinhos ADEIMA Associações de imigrantes
					2	3 ações envolvendo 30 entidades empregadoras	Número de ações realizadas Número de entidades empregadoras envolvidas	Câmara Municipal de Matosinhos ADEIMA Associações de imigrantes

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Mercado de trabalho e empreendedorismo (continuação)	Dinamizar políticas de captação de investimento	Aumentar o número de investidores estrangeiros no concelho	7. Realização/ Participação em iniciativas internacionais com o estabelecimento de parcerias estratégicas	1	Estabelecimento no concelho de novas empresas por parte de pessoas NPT	Número de eventos realizados Número de parcerias estabelecidas	Câmara Municipal de Matosinhos ADEIMA Associações de imigrantes

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Capacitação e formação	Promover o acesso à formação qualificante de trabalhadores/as imigrantes	Facilitar o acesso a formação qualificante de pessoas NPT	8. Ações de formação profissional qualificante em particular em áreas como hotelaria e serviços pessoais	2	6 ações de formação com o envolvimento de 120 pessoas NPT	Número de ações realizadas Número de pessoas NPT abrangidas Número de pessoas NPT integradas no mercado de trabalho	Câmara Municipal de Matosinhos ADEIMA Associações de imigrantes Centro de Emprego de Matosinhos

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Educação e língua	Aumentar o número de pessoas NPT com facilidade de expressão na língua portuguesa	Fomentar a aprendizagem informal da língua portuguesa	9. Criação de espaços para a aprendizagem da língua portuguesa	2	6 ações de formação (iniciação e aperfeiçoamento) de Língua Portuguesa Envolvimento de 120 NPT ativos/as desempregados/as ou empregados/as (40 homens e 80 mulheres)	Número de formações realizadas Número de NPT participantes	Câmara Municipal de Matosinhos ADEIMA Associações de imigrantes
	Introduzir a dimensão da interculturalidade nos projetos educativos das escolas e equipamentos de apoio à infância	Promover a iniciativa “Selo de Escola Intercultural”	10. Desenvolvimento de projetos que promovem o reconhecimento e a valorização da diversidade como uma oportunidade e fonte de aprendizagem para todos/as	1	Envolvimento de pelo menos 2 escolas, 10 professores/as e de 200 crianças (100 rapazes e 100 raparigas)	Número de escolas envolvidas Número e tipo de iniciativas promovidas Número de escolas a quem foi atribuído o Selo de Escola Intercultural	Câmara Municipal de Matosinhos ADEIMA Associações de imigrantes Agrupamentos Escolares

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Serviços de acolhimento e participação	Criar uma resposta direcionada e especializada para a população migrante do Concelho de Matosinhos	Realizar 30 atendimentos, por mês, a população imigrante, nomeadamente NPT residentes em Matosinhos abrangendo várias áreas: Educação e Formação; Emprego e empreendedorismo; Habitação; Apoio económico e social	11. Criação de um Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes	1	<p>Criar o CLAIM de Matosinhos</p> <p>Abranger 100 pessoas imigrantes /ano</p>	<p>Criação do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes</p> <p>Número de atendimentos realizados</p> <p>Número de pessoas imigrantes atendidas</p>	<p>Câmara Municipal de Matosinhos</p> <p>ADEIMA</p> <p>Associações de imigrantes</p>

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Cultura	Criar uma política de promoção da interculturalidade nos espaços públicos e na programação cultural	Introduzir a prática de celebração do dia mundial da diversidade cultural para o diálogo e o desenvolvimento	12. Celebração anual do dia mundial da diversidade cultural para o diálogo e o desenvolvimento	2	Celebração anual do dia internacional da interculturalidade	Número de iniciativas realizadas Número de organizações de NPT envolvidas	Câmara Municipal de Matosinhos ADEIMA Associações de imigrantes
		Realizar iniciativas interculturais em particular dirigidas a crianças e jovens	13. Realização de iniciativas multiculturais em particular dirigidas a crianças e jovens	2	Realização de 2 iniciativas multiculturais por ano	Nº de pessoas NPT envolvidas na organização/dinamização das iniciativas Nº de pessoas abrangidas nas iniciativas	

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Saúde	Capacitar profissionais dos cuidados de saúde para um atendimento especializado a NPT	Realizar ações de (in)formação sobre as realidades socioculturais das pessoas NPT suas clientes (eg. língua, cultura, tradições e valores)	14. Ações de formação para profissionais de saúde	2	6 ações de (in)formação com o envolvimento de 60 técnicos/as e 60 administrativos/as (20 homens e 100 mulheres)	<p>Número de ações realizadas</p> <p>Número de pessoas abrangidas</p> <p>Nível de satisfação dos/as profissionais sobre as ações de formação</p> <p>Nível de reconhecimento do impacto dos conhecimentos adquiridos nas práticas profissionais</p>	<p>Câmara Municipal de Matosinhos</p> <p>ADEIMA</p> <p>Associações de imigrantes</p> <p>Unidade Local de Saúde de Matosinhos</p>

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Solidariedade e repostas sociais	Capacitar os/as profissionais das entidades de solidariedade social para um atendimento especializado a NPT	Realizar ações de (in)formação sobre as realidades socioculturais das pessoas NPT suas clientes (eg. língua, cultura, tradições e valores)	15. Ações de formação para profissionais de entidades várias e com relevância em matéria de integração de imigrantes	2	3 ações de (in)formação com o envolvimento de 60 profissionais (técnicos/as e dirigentes) (10 homens e 50 mulheres)	<p>Número de ações realizadas</p> <p>Número de pessoas abrangidas</p> <p>Nível de satisfação dos/as profissionais sobre as ações de formação</p> <p>Nível de reconhecimento do impacto dos conhecimentos adquiridos nas práticas profissionais</p>	<p>Câmara Municipal de Matosinhos</p> <p>ADEIMA</p> <p>Associações de imigrantes</p>

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Cidadania e participação	Apoiar o tecido associativo de imigrantes NPT para o desenvolvimento de intervenção social no concelho	Desenvolver projetos de intervenção social com a participação das associações de imigrantes	16. Apoio às associações de imigrantes para o desenvolvimento de projetos destinados a públicos imigrantes NPT especialmente excluídos	1	Apoiar iniciativas de associações de imigrantes	Número de iniciativas apoiadas	Câmara Municipal de Matosinhos
		Dar visibilidade ao trabalho realizado	17. Divulgação das iniciativas de associações de imigrantes através dos recursos disponíveis na Rede Social	1		Número de associações envolvidas	ADEIMA Associações de imigrantes
	Promover o debate público sobre as questões da igualdade de género, da participação de mulheres na esfera pública e de homens na esfera privada	Desenvolver um debate por ano nas associações de imigrantes	18. Realização de debates anuais sobre as questões da igualdade de género, da participação de mulheres na esfera pública e de homens na esfera privada	1	Um debate anual	Número de debates realizados	Câmara Municipal de Matosinhos
						Número de pessoas abrangidas pelas iniciativas	ADEIMA Associações de imigrantes Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Matosinhos

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Cidadania e participação (Continuação)	Facilitar o acesso à informação sobre direitos e deveres de cidadania	Produzir e divulgar materiais informativos	19. Adaptação de materiais informativos já existentes ou de divulgação	2	Adaptação de dois materiais em quatro línguas (de países terceiros – Inglês, Mandarim, Russo e Árabe) diferentes	Número de materiais criados/traduzidos Número de exemplares distribuídos	Câmara Municipal de Matosinhos ADEIMA Associações de imigrantes
		Realizar ações de informação sobre direitos e deveres	20. Realização de ações de informação para NPT	2	10 ações / ano envolvendo um total de 200 pessoas NPT	Número de ações realizadas Número de pessoas NPT que participaram nas ações	

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Media e sensibilização da opinião pública	Criar oportunidades específicas para divulgação das iniciativas das comunidades de NPT	Divulgar as iniciativas das comunidades NPT e atividades dirigidas às mesmas	21. Divulgação nos meios de comunicação local do PMIM de Matosinhos	1	Divulgação das atividades do PMIM	Número de publicações realizadas	Câmara Municipal de Matosinhos ADEIMA
			22. Divulgação no site da CMM das iniciativas promovidas pelas associações de imigrantes NPT	1	Divulgação de 50% das iniciativas reportadas à autarquia	Número de publicações realizadas	Associações de imigrantes

Áreas	Objetivos estratégicos/gerais	Objetivos específicos / operacionais	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Racismo de discriminação	Desenvolver um clima favorável à integração da diversidade e valorização das diferenças	Promover o sentido de continuidade identitária face às culturas de origem Sensibilizar e educar as crianças para a diferença	23. Realização de atividades de recreio dinamizadas numa lógica de interculturalidade	2	Integração de 20 crianças NPT nas atividades de recreio; envolvimento de 2 escolas e de 4 professores/as/ano	Nº de crianças NPT envolvidas Nº de crianças envolvidas Nº de escolas envolvidas Nº de professores/as envolvidos/as	Câmara Municipal de Matosinhos ADEIMA Associações de imigrantes Agrupamentos Escolares

3.2. Modelo de monitorização e avaliação

A avaliação tem sido considerada como “um conjunto de procedimentos para julgar os méritos de um programa e fornecer uma informação sobre os seus fins, as suas expectativas, os seus resultados previstos e imprevistos, os seus impactes e os seus custos” (Fink, A., 1982 in Guerra, 2000). A avaliação é, pois, o processo através do qual se obtém informações que dão conta dos resultados alcançados, da eficácia da intervenção, dos obstáculos que se colocam à implementação da intervenção, possibilitando uma melhor elaboração de projetos futuros.

Nesta fase de definição do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Matosinhos, como em qualquer fase de planeamento de uma intervenção, deve estar contemplado um plano de avaliação.

Da responsabilidade direta da Plataforma de Acompanhamento a avaliação assumirá, sobretudo, um carácter de “autoavaliação” orientada pelos seguintes princípios:

- Participação e envolvimento de todas as entidades parceiras, ainda que a Câmara Municipal assuma um papel de dinamização do processo.
- Dinâmica e interação entre os diferentes elementos da equipa no sentido de uma partilha da informação que fomentará o processo de avaliação.
- Reflexão em torno da informação recolhida.

Esta dinâmica de “autoavaliação” terá como objetivo final produzir mais e melhor conhecimento sobre a intervenção e o meio social em que se atua e contribuir para uma maior eficácia das ações.

Quanto ao momento em que se irá realizar a avaliação, deve apostar-se numa avaliação *on-going*, concretizada através da realização de reuniões semestrais da Plataforma de Acompanhamento.

Os destinatários do processo de avaliação serão:

- A população, em geral.
- As/os profissionais diretamente envolvidas/os na execução do plano e respetivas instituições, incluindo-se entidades parceiras e os elementos da Plataforma.
- As pessoas imigrantes.
- A Rede Social.
- O executivo da Câmara Municipal.

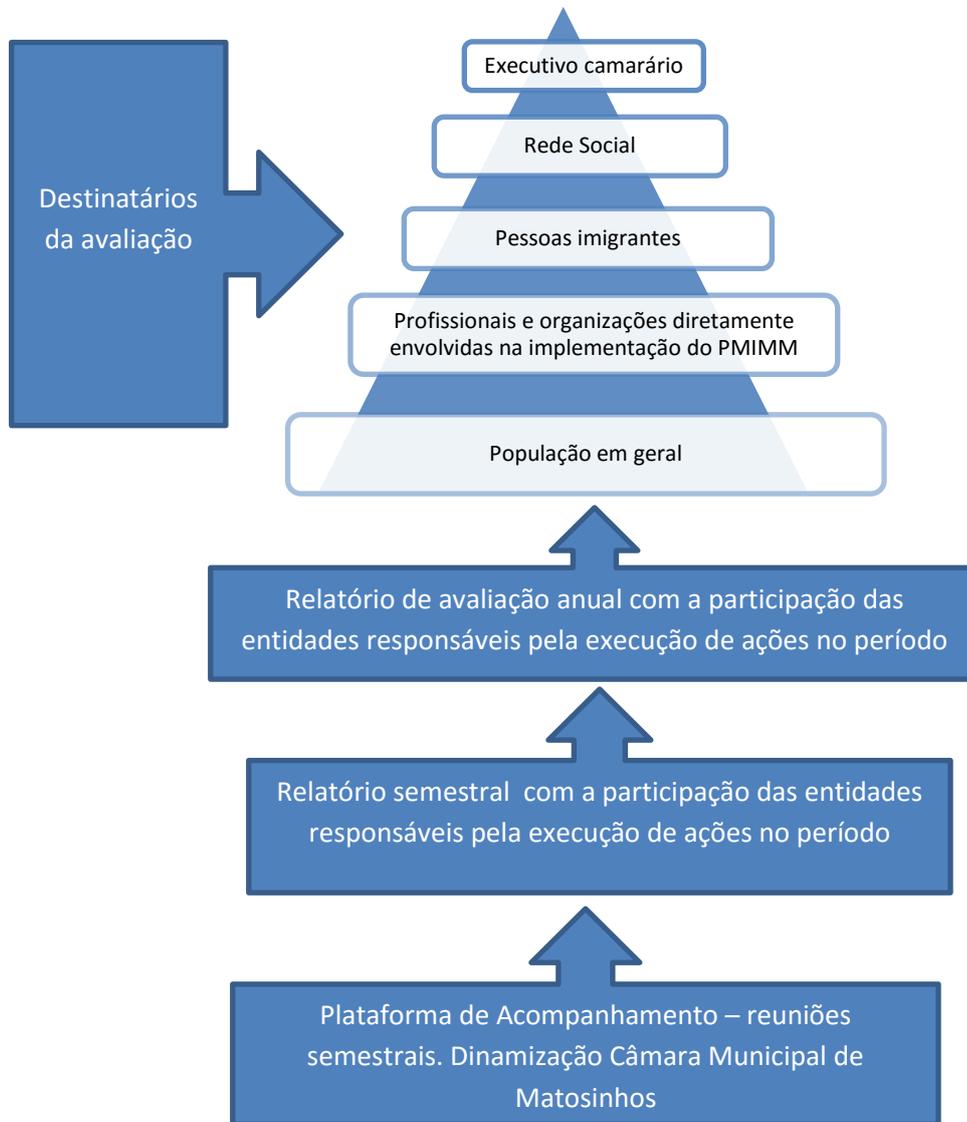
Assim para além das reuniões semestrais da Plataforma, no final de cada ano (civil) de execução do projeto deve ser elaborado um relatório de avaliação intercalar, o qual será de avaliação final no último ano.

- Reunião de executivo.
- Plenário do CLAS da Rede Social.

A avaliação do plano será feita em torno dos seguintes critérios e questões-chave:

Critérios	Questões chave
Pertinência	O plano continua a intervir nas variáveis estratégicas para produzir a mudança? Não haverá outras áreas ou problemáticas sobre as quais se possa intervir que produzam a mudança de forma mais eficaz?
Sinergia	A utilização dos recursos está a ser pensada de forma a potenciar os já existentes e /ou criar outros?
Adequação	As ações implementadas estão conforme o que foi enunciado no plano?
Participação	Os parceiros estão a ser devidamente mobilizados para a intervenção? Os potenciais beneficiários estão a ser dinamizados?
Aderência	As pessoas e organizações a quem são destinadas as ações estão a aderir a elas?
Eficácia	Os objetivos que se procuraram obter através das ações estão a ser conseguidos?

Figura 1 – Dinamização da avaliação



3.3. Acompanhamento e Modelo de Governação

Tal como já foi referido anteriormente, o Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Matosinhos será monitorizado no seio da sua Plataforma de Acompanhamento que deve, anualmente, produzir um relatório de avaliação.

A dinamização deste processo, numa ótica de autoavaliação, ficará a cargo da Câmara Municipal de Matosinhos, entidade também responsável pela gestão do plano.

Considera-se que o Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Matosinhos é instrumento da Rede Social, pelo que os seus objetivos e medidas serão incluídas no próximo Plano de Desenvolvimento Social (PDS).

Neste sentido, à semelhança do que tem acontecido em relação ao PDS, no final de cada ano um relatório de avaliação do PMIMM será apresentado e discutido no contexto do Plenário do Conselho Local de Ação Social da Rede Social de Matosinhos.

As necessidades de correção que decorram deste processo de acompanhamento e de avaliação serão da responsabilidade da Plataforma de Acompanhamento.

Para efeitos de avaliação, a Plataforma de Acompanhamento integrará:

- Câmara Municipal de Matosinhos
- Associação para o Desenvolvimento Integrado de Matosinhos (ADEIMA)
- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Matosinhos
- Instituto de Segurança Social
- MatosinhosHabit (Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EM)
- Unidade Local de Saúde de Matosinhos
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Matosinhos
- CRI Matosinhos – Centro de Resposta Integradas
- Associação Empresarial do concelho de Matosinhos
- MEC – Ministério da Educação
- Associação Mais Brasil
- Amizade - Associação Imigrantes de Leste
- Liga dos Chineses em Portugal

Sob a coordenação da Câmara Municipal de Matosinhos caberá a cada uma destas entidades identificarem as parcerias adequadas, para além dos elementos da Plataforma de Acompanhamento com vista à execução das ações.

4. Referências bibliográficas e documentação consultada

Baganha, M. I.; Ferrão, J. e Malheiros, J. (1999), “Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português”, in *Análise Social*, vol. XXXIV, n.º 159, pp. 147-173.

Cardoso, A. et al., (2014), *Severe forms of Labour Exploitation Supporting victims of severe forms of labour exploitation in having access to justice in EU Member States*, FRA, disponível em: <http://fra.europa.eu/en/country-data/2015/country-reports-comparative-report-severe-labour-exploitation-workers-moving>.

Guerra, Isabel (2000), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia da Acção: o planeamento em Ciências Sociais*, Estoril, Principia.

Huddleston, T. e Tjaden, J. (2012), *Immigrant Citizens Survey*, Bruxelas: King Baudoin Foundation and Migration Policy Group.

Münz et al. (2006), *The costs and benefits of European immigration – Research report*, HWWI Policy Report, No. 3.

Oliveira C. R (coord.) e Gomes, N. (2017), *Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual 2017*, Coleção *Imigração em Números*, Observatório das Migrações, Lisboa, Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).

Oliveira, C. R. (coord.) e Gomes, N. (2014), *Monitorizar a integração de Imigrantes em Portugal. Relatório Estatístico Decenal*, Coleção *Imigração em Números*, Observatório das Migrações, Lisboa, Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).

Oliveira, C. R. e Pires, C. (2010), *Imigração e sinistralidade laboral*, Estudo 41 do Observatório da Imigração, Lisboa: ACIDI.

Peixoto, J. (1998), *As Migrações dos Quadros Altamente Qualificados em Portugal: Fluxos Migratórios Inter-Regionais e Internacionais e Mobilidade Intra-Organizacional*, PhD dissertation, Lisbon: Instituto Superior de Economia e Gestão.

Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020 (PEM), disponível em: <http://www.dn.pt/DNMultimedia/DOCS+PDFS%5C2015%5CPlano%20Estrat%20E9gico%20das%20Migra%20E7%F5es.pdf>.

Relatório das políticas locais de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes no município de Matosinhos - Resultados da aplicação do Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD), (2017), Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP), não publicado.

Wall et al. (2008), “Mulheres imigrantes e novas trajetórias de migração: um croché transnacional de serviços e cuidados no feminino”, in Villaverde, M., Wall, K., Aboim, S. e Silva, F. C. (eds.), *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 603-622.

Sites consultados:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=277187213&PUBLICACOESmodo=2.

http://www.ulsm.min-saude.pt/ResourcesUser/Documentos/ACES/saude_publica_saude_oral/Diagnostico_de_Saude_Matosinhos.pdf.

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa&frm_accas=PESQUISAR&frm_show_page_nu_m=1&frm_modos_pesquisa=PESQUISA_SIMPLES&frm_texto=anuario+estatistico+da+regiao+Norte&frm_modos_texto=MODO_TEXTO_ALL&frm_data_ini=&frm_data_fim=&frm_tema=QUALQUER_TEMA&frm_area=o_ine_area_Publicacoes&xlang=pt.

<http://www.otsh.mai.gov.pt/Recursos/Pages/default.aspx>.

http://www.ulsm.min-saude.pt/ResourcesUser/Documentos/ACES/saude_publica_saude_oral/Dx_Saude_2016_revisao_Janeiro_2018.pdf.